



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 50/2025, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO E A TRIFASE ENGENHARIA E PROJETOS LTDA.

A União, por intermédio da **UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**, autarquia educacional vinculada ao Ministério da Educação, com sede na Avenida Professor Moraes Rego, nº 1235, Cidade Universitária, na cidade de Recife, PE, CEP 50670- 901, inscrita no CNPJ sob o nº 24.134.488/0001-08, neste ato representada pelo Reitor Alfredo Macedo Gomes, nomeado pelo *Decreto de 10 de outubro de 2023* da Presidência da República Federativa do Brasil, publicado no Diário Oficial da União nº 195, Seção 2, p. 1, de 11 de outubro de 2023, portador da Matrícula Funcional nº 1171268, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa **TRIFASE ENGENHARIA E PROJETOS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.774.264/0001-14, sediada na rua Barão de Souza Leão, 425, sala 906, Edifício Pontes Corporate Center, Boa Viagem, Recife, PE, CEP 51.030-300, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por David Antônio Alves da Silva, conforme *cláusula 9ª* da 2ª alteração contratual e consolidação da empresa, registrada na Junta Comercial de Pernambuco em 20/05/2024, tendo em vista o que consta no **Processo nº 23076.00457/2025-90** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente da *Contratação Direta por Dispensa de Licitação nº 9001/2025*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para execução de serviço necessário à requalificação de cabine de proteção primária do *campus* Joaquim Amazonas da Universidade Federal de Pernambuco, com fornecimento de material, exceto o disjuntor de média tensão, o relé microprocessado e o *nobreak* para o quadro de proteção, conforme exigências estabelecidas no Termo de Referência nº 4/2025.

Parágrafo primeiro. A localização da cabine, no campus Joaquim Amazonas; o requisito para acesso e o horário em que os serviços deverão ser prestados estão informados nos *subitens* 5.2, 5.2.1, 5.2.1.1 e 5.3 do Termo de Referência.

Parágrafo segundo. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O **Termo de Referência**, anexo ao Aviso de Contratação Direta, **doc. 107** do processo 23076.00457/2025-90, que segue anexo a este Contrato,
- b) A Autorização de Contratação Direta pelo Reitor, **doc. 68** do mesmo processo;
- c) A Proposta da CONTRATADA constante do processo administrativo ao qual se vincula a contratação direta, **doc. 103**;
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

Parágrafo terceiro. O regime de execução é o de empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de **60 (sessenta) dias contados de 16 de junho de 2025**, prorrogável, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo único. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da CONTRATADA, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

O valor total da contratação é de **R\$ 265.000,00 (duzentos e sessenta e cinco mil reais)**.

Parágrafo único. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

São obrigações da CONTRATANTE:

- i) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;
- ii) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- iii) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- iv) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- v) Comunicar a CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- vi) Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente à execução do objeto, no

- prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- vii) Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e neste Contrato, quando couber;
 - viii) Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
 - a) Indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
 - b) Fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pela CONTRATADA;
 - c) Estabelecer vínculo de subordinação com funcionário da CONTRATADA;
 - d) Definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
 - e) Demandar a funcionário da CONTRATADA a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
 - f) Prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna da CONTRATADA.
 - ix) Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;
 - xi) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
 - xii) A Administração terá o prazo de um mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
 - xiii) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo máximo de 90 (noventa) dias;
 - xiv) Notificar o(a) emitente da garantia contratual quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
 - xv) Comunicar a CONTRATADA na hipótese de posterior alteração do projeto pela CONTRATANTE, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
 - xvi) Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
 - xvii) Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
 - xviii) Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela CONTRATADA, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;
 - xix) Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

Parágrafo Único. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)

A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- i) Atender às determinações regulares emitidas pelo(a) fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles(elas) solicitados;
- ii) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- iii) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à CONTRATANTE ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- iv) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: **a)** prova de regularidade relativa à Seguridade Social; **b)** certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; **c)** certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA; **d)** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e **e)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- v) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- vi) Comunicar ao(à) fiscal(a) do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- vii) Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- viii) Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;
- x) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));
- xi) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));
- xii) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- xiii) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

- xiv) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;
- xv) Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- xvi) Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- xvii) Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, e quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- xviii) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- xix) Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- xx) Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- xxi) Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- xxii) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- xxiii) Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- xxiv) Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- xxv) Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

xxv.i) A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- xxvi) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- xxvii) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- xxviii) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- xxix) Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- xxx) Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção

coletiva (EPC), quando for o caso;

- xxx i) Garantir o acesso da CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- xxx ii) Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- xxx iii) Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- xxx iv) Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- xxx v) Efetuar comunicação à CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;
- xxx vi) Manter os empregados nos horários predeterminados pela CONTRATANTE;
- xxx vii) Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
- xxx viii) Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- xxx ix) Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- xl) Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;
- xli) Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CONTRATANTE;
- xlii) Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;
- xliii) Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;
- xliv) Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- xl v) Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;
- xlvi) Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;
- xl vii) Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos

ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

- xlvi) Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:
- a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
 - b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
 - c) florestas plantadas; e
 - d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- xlix) Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
- a) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
 - b) Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;
 - c) Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e
 - d) Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o CONTRATADO deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.
- l) Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, nos seguintes termos:
- I.i) O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.
- I.ii) Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 2002, o CONTRATADO deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
- a) resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.
 - b) resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

- c) resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
 - d) resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- li) Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
- lii) Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a CONTRATADA comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.
- liii) Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
 - a) Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.
 - b) Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 1990, e legislação correlata.
- liv) Nos termos do do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;
- lv) Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.
- lvi) Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações;
- lvii) Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

CLÁUSULA DEZ - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os

dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

Parágrafo Primeiro. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os [princípios do art. 6º da LGPD](#);

Parágrafo Segundo. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei;

Parágrafo Terceiro. A CONTRATANTE deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela CONTRATADA;

Parágrafo Quarto. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações;

Parágrafo Quinto. É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;

Parágrafo Sexto. A CONTRATADA deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância;

Parágrafo Sétimo. A CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados;

Parágrafo Oitavo. A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pela CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado;

Parágrafo Nono. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos;

Parágrafo Dez. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela CONTRATANTE nas hipóteses previstas na LGPD;

Parágrafo Onze. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD;

Parágrafo Doze. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA ONZE – GARANTIA DE EXECUÇÃO

Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes nos *subitens 4.4, 4.5, 4.6 e 4.7 do Termo de Referência*.

Parágrafo Único. A CONTRATADA optou como garantia de execução, nos moldes do [art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021](#), pela modalidade seguro-garantia, no **valor de R\$ 13.250,00 (treze mil, duzentos e cinquenta reais)**, correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato, mediante **Apólice nº**

061902025820107750069018, proposta nº 47831, emitida em 11/06/2025, pela Tokio Marine Seguradora S.A., com vigência de 16/06/2025 a 14/11/2025.

CLÁUSULA DOZE – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DOZE – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

Parágrafo Primeiro. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

Parágrafo Segundo. Quando a não conclusão do contrato referida no parágrafo anterior decorrer de culpa da CONTRATADA:

- i) Ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- ii) Poderá a CONTRATANTE optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

Parágrafo Terceiro. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA QUINZE – ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

Parágrafo Primeiro. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Parágrafo Segundo. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco) por cento do valor inicial atualizado do contrato.

Parágrafo Terceiro. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Terceiro. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA TREZE – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- i. Gestão/Unidade: 15233 / 153095;
- ii. Fonte de Recursos: 1000000000;

- iii. Programa de Trabalho: 230185 – Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior;
- iv. Elemento de Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;
- v. Plano Interno: M0050G0125N;
- vi. Nota de Empenho: 2025NE00049 (doc. 98 do processo 23076.004457/2025-90).

CLÁUSULA QUATORZE – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DEZESSEIS – PUBLICAÇÃO

Incumbirá à CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DEZESSETE – FORO (art. 92, §1º)

Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Pernambuco, Seção Judiciária de Recife para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Recife, 13 de junho de 2025.

Alfredo Macedo Gomes
Reitor
Universidade Federal de Pernambuco
CONTRATANTE

David Antônio Alves da Silva
Administrador
Trifase Engenharia e Projetos Ltda.
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

.....

.....

Aviso de Contratação 1/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2025	153095-PREFEITURA DA CIDADE UNIVERSITARIA DA UFPE	DIOGO JOSE VIDAL DE LIMA	20/03/2025 08:39 (v 2.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia	4/2025	23076.004457/2025-90

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90001/2025

(Processo Administrativo n.º 23076.004457/2025-90)

Torna-se público que a UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, por meio da Superintendência de Infraestrutura, realizará Dispensa Eletrônica, em caráter emergencial, com critério de julgamento menor preço global do item, na hipótese do art. 75, inciso VIII, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, e demais normas aplicáveis.

Data da sessão: 25/03/2025

Horário da Fase de Lances: 08:00 às 16:00 horas

Link: <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>

Critério de Julgamento: menor preço global do item

Regime de Execução: Empreitada por Preço Global

OBJETO

1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, de empresa especializada para execução de serviço necessário à

requalificação de cabine de proteção primária do campus Joaquim Amazonas da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. REGISTRO DE PREÇOS

Não se aplica a presente contratação.

3. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

3.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

3.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

3.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

3.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

3.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

3.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

3.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.3.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

3.3.3.2 O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

3.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

3.2.5. sociedades cooperativas; e

3.2.6. Consórcios. Não será permitida a participação de Consórcios na presente licitação, uma vez que se trata de uma contratação de baixo vulto econômico, pois está abaixo do que enquadra a Lei 14.133/2021 em seu Art.6º, inc XXII - obras, serviços e fornecimentos de grande vulto: aqueles cujo valor estimado supera R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).

3.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

4. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

4.2.1. O fornecedor não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.2.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertados, vinculam a Contratada.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

4.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência e Projeto Executivo, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.9.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

4.9.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

4.9.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

4.9.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.10. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

4.12.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

4.12.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

4.12.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

4.12.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

5. FASE DE LANCES

5.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.2.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

5.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

5.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

5.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

5.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

5.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

6. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.

6.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

6.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

6.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

6.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

6.3.1. Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá atender todos os critérios estabelecidos no Termo de Referência.

6.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o pregoeiro verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 3.2 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.4.1. SICAF;

6.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.6. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.6.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.6.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.7. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.8.1. contiver vícios insanáveis;

6.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

6.8.3. apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

6.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

6.9.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.9.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.14. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

6.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

7. HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021**, constam do Termo de Referência e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

7.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

7.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

7.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de 2 (dois) dias úteis, sob pena de inabilitação. (art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021).

7.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

7.9.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

7.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

8. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Não se aplica a presente contratação.

9. FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

Não se aplica a presente contratação.

10. CONTRATAÇÃO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

10.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

10.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.3. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

11.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;

11.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

11.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

11.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

11.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 11.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 11.1.1 a 11.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

11.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

11.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

11.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele

aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

12.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

12.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

12.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

12.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

12.2. As providências dos subitens 12.1.1 e 12.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

12.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

12.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

12.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

12.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

12.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

12.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

12.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

12.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.12.1. ANEXO I – Termo de Referência.

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LIELIO BEZERRA BRANDAO

Superintendente de Infraestrutura - Ordenador de Despesas

Termo de Referência 4/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
4/2025	153095-PREFEITURA DA CIDADE UNIVERSITARIA DA UFPE	DIOGO JOSE VIDAL DE LIMA	20/03/2025 09:04 (v 3.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	4/2025	23076.004457 /2025-90

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação EM CARÁTER EMERGENCIAL de empresa especializada para execução de serviço necessário à requalificação de cabine de proteção primária do campus Joaquim Amazonas da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL UNITÁRIO	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
1	Reparação de cubículo de proteção primária, com fornecimento de material, exceto o disjuntor de média tensão, o relé microprocessado e o nobreak para o quadro de proteção	5606	Unidade	1	R\$ 304.554,47	R\$ 304.554,47

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias contados da assinatura do contrato pelas partes, prorrogável na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, até o recebimento definitivo do serviço.

1.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.4. O objeto tem a natureza de serviço comum de engenharia.

1.5. As empresas devem atentar para a descrição detalhada do item, essa deve prevalecer sobre o descritivo padrão do CATSER em caso de divergência.

- 1.6. O regime de execução será a empreitada por preço global.
- 1.7. As especificações técnicas do objeto previsto por este TR se encontram discriminadas no Anexo I – Projeto Executivo.
- 1.8. A contratação se dará por menor preço global do item.
- 1.9. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da fornecedora e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Projeto Executivo, apêndice deste Termo de Referência

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 24134488000108-0-000003/2025

II) Data de publicação no PNCP: 13/05/2024

III) Id do item no PCA: 121

IV) Classe/Grupo: 871

V) Identificador da Futura Contratação: 153095-4/2025

-

-

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no Projeto Executivo, Anexo I deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A prestação do serviço deve seguir a orientação presente no Projeto Executivo, Anexo I deste Termo de Referência.

Sustentabilidade

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2.1. Observar, no que couber, a norma NBR-14652/2001, como também as Resoluções RDC 222/2018 da ANVISA e a Resolução 358/2005 do CONAMA, quanto aos serviços objeto deste Instrumento;

4.2.2. Não fazer lançamento de resíduos ou poluição atmosférica sem o devido monitoramento da Diretoria de Meio Ambiente /SINFRA;

4.2.3. Não lançar fragmentos ou material particulado no ambiente;

4.2.4. Não fazer a queima de combustíveis não renováveis, exceto imprescindível para a execução dos serviços; e

4.2.5. Quando o serviço for realizado em via pública, causar o mínimo de transtorno ao transeunte.

Subcontratação

4.3. Não é admitida a subcontratação parcial ou total do objeto;

Garantia da contratação

4.4. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

4.5. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.6. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.8. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é facultativa, para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, no Campus Joaquim Amazonas da UFPE (campus principal de Recife), das 8 horas às 12 horas ou de 13 horas às 16 horas. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Aviso de Contratação, estendendo-se até a data final de envio das propostas, agendando-a previamente com a Gerência de Alta Tensão e Iluminação Pública, por meio dos contatos: gatip.sinfra@ufpe.br ou (81)2126-8699.

4.9. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.10. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.10.1. Caso realize a vistoria, a empresa participante será atestada pela CONTRATANTE, conforme modelo do ANEXO III-b.

4.11. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo constante no ANEXO III-a.

4.12. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 2 (dois) dias úteis do recebimento da ordem de serviço (modelo no Anexo VII);

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

5.2.1. Campus Joaquim Amazonas, Recife: Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária, Recife - PE - CEP: 50670901. Coordenadas geográficas do Campus: -8.052091, -34.945029.

5.2.1.1. O local da prestação do serviço será em uma das cabines de proteção primária do campus Joaquim Amazonas. A cabine está localizada ao lado da Central de Segurança, próxima da entrada principal da universidade. A Contratada deverá entrar em contato com o fiscal do contrato para acessar a cabine.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: Das 07:00 horas às 17:00 horas.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades necessárias à execução do serviço, promovendo sua substituição quando necessário.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. Para o dimensionamento da proposta deverão ser observados: os custos com seguro, tributos, locais de execução, mão de obra, encargos, material de consumo, equipamentos, ferramentas, EPI's, EPC's, conforme citado no Anexo I deste Termo de Referência, como também no Laudo Técnico Emitido pelo SESST/UFPE (Anexo XIII) e as demais despesas, de qualquer natureza, incidentes direta e indiretamente na execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.

5.5.2. A proposta deverá corresponder ao modelo do Anexo IX e terá validade mínima de 90 (noventa) dias, a contar da sua apresentação.

5.5.3. Os valores apresentados na proposta devem levar em consideração o BDI máximo aplicável, atentando aos percentuais para as empresas contribuintes ou não da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB, conforme Anexo VIII deste TR.

Especificação da garantia do serviço ([art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do serviço.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.10. A Fiscalização técnica do contrato caberá aos servidores: Rodrigo Vitorino de Arruda SIAPE 3207415, Telefone: 81 2126-8699, e-mail: rodrigo.vitorino@ufpe.br, o qual será substituído, nas faltas e ausências, pelo servidor: Luís Gustavo Lopes, SIAPE 1932440, Telefone: 81 2126-8699, e-mail: luis.lopez@ufpe.br, lotados na Gerência de Alta Tensão e Iluminação Pública (Gatip) da Universidade Federal de Pernambuco.

6.11. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.12. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#) e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.13. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

6.16. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Gestor do Contrato

6.17. A Gestão do Contrato e a supervisão de sua execução serão exercidas pela Superintendência de Infraestrutura/UFPE, através do servidor Emmanuel Aires Urquiza de Carvalho, SIAPE 3214155, e-mail emmanuel.aires@ufpe.br, telefone nº 81 2126.8699 - lotado na Superintendência de Infraestrutura, vinculado à Diretoria de Manutenção e Conservação - DMC, podendo eventualmente ser substituída pela servidora Marcília Vieira da Nóbrega, SIAPE, telefone 81 2323646, e-mail marcilia.nobrega@ufpe.br, telefone nº 2126.3023 - lotado na Superintendência de Infraestrutura, vinculada à Diretoria de Manutenção e Conservação - DMC.

6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal técnico quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo II deste Termo de Referência.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os critérios definidos no IMR (Anexo II deste TR).

7.3. Independente dos resultados medidos pelo IMR, caso a cabine não possa ser ligada e se verifique que as proteções não atuaram corretamente durante o comissionamento, o serviço não será considerado concluído. Lembrando que os ajustes de proteção serão entregues para a Contratada pela Contratante.

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelo fiscal técnico mediante Relatório de Fiscalização, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante Relatório de Fiscalização que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante Relatório de Fiscalização que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

7.8. Para efeito de recebimento provisório, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no IMR, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.8.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do Relatório de Fiscalização ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.8.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.8.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

7.8.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades

7.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Relatório de Fiscalização deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.10. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante Termo de Recebimento Definitivo, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.10.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores do IMR, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.10.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.10.3. Emitir Termo de Recebimento Definitivo para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.10.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.10.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.15. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.15.1. o prazo de validade;
- 7.15.2. a data da emissão;
- 7.15.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.15.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.15.5. o valor a pagar; e
- 7.15.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.17. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.18. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.19. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.21. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.23. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

7.24. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice BACEN de correção monetária.

Forma de pagamento

7.25. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.26. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.27. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.27.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.28. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.29. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.29.1. Serão vedadas as cessões de crédito mão fiduciárias.

7.30. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.31. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.32. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.33. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com fundamento na hipótese do art. 75, inc. VIII da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço global do item.

Critérios para análise da proposta

8.2. A proposta de preço, apresentada será redigida no idioma pátrio firmada pelo representante legal da empresa licitante, sem emendas, entrelinhas ou ressalvas, devendo conter:

8.2.1. Prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias corridos a partir da sua apresentação;

8.2.2. Descrição do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes do Termo de referência e demais documentos técnicos anexos;

8.2.3. Valor global, expresso em moeda corrente nacional (real), contendo todas as despesas incidentes sobre os serviços

8.3. Se dará por menor preço global do item .

8.4. A detentora do menor preço deve respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de contratações públicas.

8.5. O modelo da proposta se encontra no Anexo IX

8.5.2. Planilha de composição analítica da taxa de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) – Anexo XI-a ou XI-b, aplicada na composição dos preços globais, detalhando todos os componentes do BDI, inclusive em forma percentual;

8.5.2.1. para empresa com Contribuição Previdenciária sobre a Folha de Pagamento, sendo obrigatória a indicação de Taxa Percentual positiva para cada um dos itens listados no modelo, limitada a, no máximo, 27,22% (vinte e sete vírgula vinte e dois por cento), conforme descrito no Anexo VIII-a, observados os percentuais estabelecidos pela Receita Federal para a COFINS impostos;

8.5.2.2. para empresa com Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, sendo obrigatória a indicação de Taxa Percentual positiva para cada um dos itens listados no modelo, limitada a, no máximo, 32,36% (trinta e dois vírgula trinta e seis por cento), conforme descrito no Anexo VIII-b, observados os percentuais estabelecidos pela Receita Federal para a COFINS – impostos;

8.5.2.3. As empresas poderão ser solicitadas a apresentar Declaração de optante ou não pela desoneração na folha de pagamento.

8.5.2.4. As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária;

8.5.2.5. Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI, nos termos do art. 9º, II do Decreto 7.983, de 2013 (TCU, Súmula 254);

8.5.2.6. As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária

8.5.2.7. As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis com as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida na Lei Complementar 123/2006.

8.5.2.8. A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento, conforme dispõe o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;

8.5.2.9. As empresas optantes pelo Simples Nacional poderão ser solicitadas a apresentar: Documento comprobatório da tributação no regime Simples Nacional que comprove as alíquotas efetivas conforme discriminado na composição do BDI

8.5.3. Anexo XII; Planilha de composição analítica das taxas e encargos sociais aplicados

8.5.3.1. para empresa com Contribuição Previdenciária sobre a Folha de Pagamento, indicação obrigatória de taxa de percentual positiva para cada um dos itens indicados, não devendo ser preenchidos os itens B1, B2 e B7 na coluna do mensalista, limitada a no máximo 113,98% (cento e treze vírgula noventa e oito por cento) e 70,00% (setenta por cento) para horista e mensalista, respectivamente, conforme descrito no Anexo X-a.

8.5.3.2. para empresa com Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, indicação obrigatória de taxa de percentual positiva para cada um dos itens indicados, não devendo ser preenchidos os itens B1, B2 e B7 na

coluna do mensalista, limitada a no máximo 84,35% (oitenta e quatro vírgula trinta e cinco por cento) e 46,41% (quarenta e seis vírgula quarenta e um por cento), para horista e mensalista, respectivamente, conforme descrito no Anexo X-b

8.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

8.7. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

8.7.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

8.7.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente da planilha e haverá glosa, quando do pagamento;

8.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta;

8.9.1. A planilha poderá ser ajustada pela empresa, desde que não haja majoração do preço proposto.

8.9.2. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

8.10. Os preços ofertados, serão de exclusiva responsabilidade do proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

8.11. Para fins de análise da proposta de preços quanto ao cumprimento das especificações do objeto descritos no Termo de referência, será colhida a manifestação escrita da Gerência de Alta Tensão e Iluminação Pública (GATIP/SINFRA) sobre as Propostas de Preços apresentadas.

Regime de execução

8.12. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

Exigências de habilitação

8.13. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.14. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.15. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.16. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.17. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.18. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

- 8.19. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 8.20. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 8.21. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.22. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 8.23. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos.

Habilitação jurídica

- 8.24. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.25. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.26. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;
- 8.27. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.28. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- 8.29. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.30. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.31. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.32. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.33. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.34. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.35. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.36. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 8.37. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.38. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipais relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.39. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.40. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.41. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.42. Declaração de que inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo de dispensa de licitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme modelo constante no Anexo V.

Qualificação Econômico-Financeira

8.43. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.44. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.44.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.44.2. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.44.3. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.44.4. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.44.5. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.45. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 5 % (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.

8.46. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.47. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.48. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme modelo constante no Anexo III-b;

8.49. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo constante no Anexo III-a;

8.50. A empresa contratada deverá estar registrada no CREA, e com registro vigente;

8.51. O engenheiro eletricista, com registro vigente no CREA, responsável técnico da empresa proponente, deverá ter experiência em serviços de execução de subestação abrigada ou de execução de serviço de cabine de medição e proteção primárias, inclusive a montagem do quadro de comando e proteção, o qual deverá ser comprovada a partir da apresentação de Certidão de Acervo Técnico;

- 8.52 A empresa deverá possuir atestado de capacidade técnica que comprove que ela já tenha executado serviço de subestação de média tensão abrigada com disjunção primária e proteção indireta ou cabine de medição e proteção;
- 8.53. O responsável técnico deverá assinar um documento conforme mostrado no Anexo VI;

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 304.554,47

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 304.554,47 (trezentos e quatro mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e sete centavos), conforme pesquisa de preços.
- 9.2 Para a obtenção dos preços máximos estimados foram priorizados os parâmetros estabelecidos no § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133/21, porém, devido à peculiaridade da contratação pretendida (localização, quantitativo de equipamentos, diversidades de marcas e capacidades dos equipamentos) optamos por desprezar tais registros, pois poderia estimar um valor que não condissesse com a nossa realidade.
- 9.2.1 Embora o § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133/21 exclua a previsão da possibilidade de utilização de pesquisa de preços com fornecedores, fonte que consta no inciso IV do § 1º do mesmo artigo, destinado à aquisição de bens e contratação de serviços em geral, o Manual de Obras e Serviços de engenharia do TCESP traz essa possibilidade como medida excepcional.
- 9.2.2 Assim sendo, optamos em realizar pesquisa de preços junto às empresas do ramo, pois nos parece assegurar maior fidelidade quanto ao preço a ser estimado, e está prevista no inciso IV do artigo 5º da Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021, que, apesar de informar expressamente não ser aplicável a obras e serviços de engenharia, é aplicável para aquisição de bens e contratação de serviços em geral.
- 9.2.3 Apesar de terem sido contatados diversos fornecedores, conforme e-mails apresentados no processo, e do longo tempo dispendido em tentativas em se obter os preços junto a esses fornecedores, foram obtidos apenas 2 orçamentos, conforme planilha de formação de preços de referência.
- 9.3 A justificativa detalhada para o uso da pesquisa de preços encontra-se nos autos do processo.
- 9.4 Porém, após recebermos os orçamentos para compor o preço, alguns dos serviços que solicitávamos já puderam ser realizados pela empresa terceirizada de manutenção da própria universidade. Isso se deveu ao fato de que o tempo em que se acreditava que o serviço seria executado foi muito maior do que o esperado. Os serviços listados abaixo são os que constam nos orçamentos enviados mas que não serão realizados, e portanto não estão no Projeto Executivo.

ITENS SUPRIMIDOS REFERENTES AO CUBÍCULO DE MEDIÇÃO		
SERVIÇO	QUANTIDADE	UNIDADE
REMOÇÃO E DESCARTE APROPRIADO DE BUCHA DE PASSAGEM CLASSE 15KV	3	SV
REQUALIFICAÇÃO DO CAVALETE DOS TRANSFORMADORES DE INSTRUMENTAÇÃO DA MEDIÇÃO, INCLUINDO LIXAMENTO, APLICAÇÃO DE FUNDO PREPARADOR ANTI-CORROSIVO E PINTURA COM ESMALTE SINTÉTICO CINZA FOSCO	1	SV
REQUALIFICAÇÃO DA CHAPA DO PASSA-MURO, INCLUINDO LIXAMENTO, APLICAÇÃO DE FUNDO PREPARADOR ANTI-CORROSIVO E PINTURA COM ESMALTE SINTÉTICO CINZA FOSCO	1	SV
REQUALIFICAÇÃO DOS CAVALETES DAS MUFLAS DE		

PORCELANA, INCLUINDO LIXAMENTO, APLICAÇÃO DE FUNDO PREPARADOR ANTI-CORROSIVO E PINTURA COM ESMALTE CINTÉTICO CINZA FOSCO	1	SV
--	---	----

ITENS SUPRIMIDOS REFERENTES AO CUBÍCULO DE PROTEÇÃO		
SERVIÇO	QUANTIDADE	UNIDADE
REMOÇÃO E DESCARTE APROPRIADOS DE TRANSFORMADOR DE CORRENTE EM EPÓXI 300:5 15KV	2	SV
REMOÇÃO E DESCARTE APROPRIADOS DE TRANSFORMADOR DE POTENCIAL EM EPÓXI 13.8kV:115V	1	SV
REMOÇÃO E DESCARTE APROPRIADO DE DISJUNTOR A VÁCUO 15kV	1	SV
REMOÇÃO E DESCARTE DE MUFLA DE PORCELANA CLASSE 15kV	1	SV
REQUALIFICAÇÃO DO CAVALETE DE CHAVE SECCIONADORA , INCLUINDO LIXAMENTO, APLICAÇÃO DE FUNDO PREPARADOR ANTI-CORROSIVO E PINTURA COM ESMALTE CINZA FOSCO	1	SV
REQUALIFICAÇÃO DO CAVALETE DOS TRANSFORMADORES DE INSTRUMENTAÇÃO DA PROTEÇÃO, INCLUINDO LIXAMENTO, APLICAÇÃO DE FUNDO PREPARADOR ANTI-CORROSIVO E PINTURA COM ESMALTE SINTÉTICO CINZA FOSCO	1	SV
REQUALIFICAÇÃO DO CAVALETE DAS MUFLAS DE PORCELANA , INCLUINDO LIXAMENTO, APLICAÇÃO DE FUNDO PREPARADOR ANTI-CORROSIVO E PINTURA COM ESMALTE CINZA FOSCO	1	SV

ITENS SUPRIMIDOS REFERENTES À ÁREA DE CIRCULAÇÃO		
SERVIÇO	QUANTIDADE	UNIDADE
REMOÇÃO E DESCARTE APROPRIADO DO QUADRO DE PROTEÇÃO EXISTENTE	1	SV
REQUALIFICAÇÃO DO GRADIL DOS CUBÍCULOS DE MEDIÇÃO E PROTEÇÃO, INCLUINDO LIXAMENTO, APLICAÇÃO DE FUNDO PREPARADOR ANTI-CORROSIVO E PINTURA COM ESMALTE SINTÉTICO CINZA FOSCO	1	SV

9.5 Como os serviços supracitados não serão feitos, o valor total diminuiu de R\$ 331.853,33 para R\$ 304.554,47.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato.

11. Obrigações da Contratante

11.1. São obrigações da Contratante:

11.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

11.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

11.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato e neste Termo de Referência;

11.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Contrato;

11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

11.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

11.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. Obrigações da Contratada

12.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

12.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

12.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

12.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

12.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

12.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo

essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

12.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

12.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

12.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

12.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

12.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

12.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

12.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

12.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

12.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

12.24. Atender as disposições de segurança do trabalho, previstas no Laudo SESST (Anexo XIII);

13. Das infrações administrativas e sanções

13.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

13.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

13.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.6. celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;

13.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

13.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

13.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

13.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a. Advertência pela falta do subitem 13.1.1 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 13.1.1 a 13.1.12;
- c. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 13.1.2 a 13.1.7 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 13.1.8 a 13.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

13.4. Todas as sanções previstas neste TR poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

13.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

13.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

13.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

13.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

13.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EMMANUEL AIRES URQUIZA DE CARVALHO

Engenheiro responsável pela contratação

DIOGO JOSE VIDAL DE LIMA

Agente de contratação

LIELIO BEZERRA BRANDAO

Superintendente de Infraestrutura - Ordenador de Despesas

PAULO ALISON SOUSA PESSOA

Diretor de Manutenção



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

ANEXO I DO TR
PROJETO BÁSICO/EXECUTIVO

1 OBJETO

- 1.1 Trata-se de projeto executivo referente à Contratação de serviço comum de engenharia (sem dedicação exclusiva de mão de obra) de execução de serviço necessário à reparação de cabine de proteção primária do campus Joaquim Amazonas da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, mediante Dispensa Eletrônica, por menor preço global, sob regime de empreitada por preço global.
- 1.2 O objeto tem a natureza de serviço comum de engenharia;
- 1.3 A contratação se dará por menor preço global;
- 1.4 A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global;
- 1.5 O serviço a ser executado está descrito na tabela abaixo:

Item	Descrição	Quantidade	Observação
1	Reparação de cubículo de proteção primária, com fornecimento de material, exceto o disjuntor de média tensão, o relé microprocessado e o nobreak para o quadro de proteção.	1	Os ajustes de proteção do relé ficarão a cargo da Universidade. O diagrama de ligação do relé está no anexo deste Projeto Executivo

2 REFERÊNCIA LEGAL E NORMATIVA

- 2.1 Identificam-se como parâmetros legais a subsidiar a contratação:
- 2.1.1 A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública diretas, autárquicas e fundacionais da União;
- 2.1.2 A Resolução CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente – nº 401/2008, alterada pela



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

resolução nº 424, de 2010, no caso de baterias; e de modo amplo, o Decreto nº 7.746/2012 e suas alterações (Decreto nº 9.178/2017), Lei 12.305/10 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Instrução Normativa SLTI/MP nº 01 de 2010, Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU, e demais legislações ambientais.

2.1.3 Os bens/materiais, quando aplicável, devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.

2.1.4 E demais normativos referentes aos serviços ora planejados e à legislação a estes associadas, que os substituam ou a estes se superpõem.

3 JUSTIFICATIVA/NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 Desde o ano passado que os equipamentos da Cabine vêm apresentando falhas de isolamento, e temos tentado realizar a substituição destes. Entretanto, no sábado 17/08/2024, o último transformador de instrumentação foi retirado, conforme relatório, dirigido ao Superintendente da Sinfra, foi relatado:

"Servimo-nos do presente para relatar a situação de iminente risco na qual se encontra a Cabine de Proteção e Medição 2 (Cabine 2) da UFPE, responsável pelo suprimento de energia elétrica em alta tensão à parte norte do Campus Joaquim Amazonas. A Cabine 2, localizada próxima à entrada do Campus ao lado do CCM, tem como função principal a proteção da rede de distribuição em alta tensão e, por conseguinte, das unidades acadêmicas e administrativas do Campus contra curto-circuitos e sobrecargas. Sua construção data de 2001 e todos os seus equipamentos são originais. Estes equipamentos (disjuntor primário, transformadores de corrente, transformadores de potencial, relé eletrônico, muflas, chaves seccionadoras, etc.) apresentaram, paulatinamente, problemas de operação, dado o tempo de uso. Como solução paliativa, os equipamentos foram sendo tirados gradativamente de serviço, como forma de manter o sistema de proteção minimamente ativo, sem, entretanto, serem substituídos. Desta forma, um TC foi removido e by-passado e os outros dois foram desligados, dois dos três TPs do sistema foram removidos e o relé desligado, restando apenas o TP que alimentava as bobinas do disjuntor primário. No dia 09/12/24 (segunda-feira), uma provável falha de isolamento acarretou em um incêndio na cabine, devidamente relatado em parecer técnico anexado



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

ao processo 23076.004457/2025-90. Em acordo com a neoenergia, a cabine recebeu um *by-pass* elétrico e, agora, a parte correspondente a ela está diretamente ligada à rede da concessionária, o que tira a capacidade operacional da Universidade de atuar na própria rede, além de expor as adjacências fora do campus a problemas internos da rede elétrica da Universidade, afetando negativamente a população. Além disso, no dia 10/12/2024, a Neoenergia enviou um email(anexado ao processo 23076.004457/2025-90), no qual dizia :

“(...)demanda da UFPE a necessidade de atuação, correção e adequação da Subestação particular, na maior brevidade possível, conforme projeto aprovado na Distribuidora, sob pena de desligamento por deficiência técnica e condições inseguras de fornecimento”

Ou seja, há um risco real de desligamento da Cabine, o que acarretara vários problemas, tais como:

- Suspensão do fornecimento de energia elétrica às unidades da área de saúde, tais como CB, CCS, CCM, departamentos de Nutrição, Antibióticos e Farmácia, nos quais a energia elétrica é vital para suas atividades de pesquisa.
- Suspensão do fornecimento de energia elétrica a órgãos instalados no Campus, como o Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães (CpqAM – FIOCRUZ) e Serviço de Verificação de Óbitos (SVO).
- Suspensão do fornecimento de energia elétrica ao PetScan do Hospital das Clínicas, que atende aos pacientes carentes com câncer.

3.2 Ressaltamos que desde o ano passado, quando os elementos das cabines começaram a apresentar falhas de isolamento devido ao fim de sua vida útil, temos tentando realizar os reparos e substituir os equipamentos, como pode ser visto no processo 23076.086256/2023-19. Em relação à cabine 1, fomos capazes de trocar os equipamentos por reservas e manter a Cabine em bom estado. Conforme diz o inciso VIII do artigo 75 a Lei 14.133/2021:

"VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a reconstrução de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;"

3.3 A nosso juízo, a ausência completa da proteção primária caracteriza a situação de emergência.

3.4 Portanto, considerando os aspectos técnicos e administrativos apresentados, é imperativo que se proceda com a contratação emergencial do serviço de requalificação de cabine de proteção primária, a fim de atender as necessidades de segurança e cumprimento da missão institucional da UFPE, com fulcro no inciso VIII do Art. 75 da Lei 14.133/2021.

4 OBJETIVOS

4.1 O objetivo deste serviço é reestabelecer a proteção primária para a rede elétrica da universidade.

5 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

5.1 TAREFAS A SEREM EFETUADAS

PONTO DE ENTREGA		
SERVIÇO	QUANTIDADE	UNIDADE
REMOÇÃO E DESCARTE APROPRIADO DE MUFLA DE PORCELANA CLASSE 15kV	4,00	SV



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

REMOÇÃO E DESCARTE APROPRIADO DE PÁRA-RAIO TIPO VÁLVULA 12kV/10kA	3,00	SV
REMOÇÃO E DESCARTE APROPRIADO DE SUPORTE METÁLICO PARA MUFLAS DE PORCELANA 15kV	1,00	SV
REMOÇÃO E DESCARTE APROPRIADO DE SUPORTE METÁLICO PARA PÁRA-RAIOS TIPO VÁLVULA 15kV	1,00	PÇ
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CRUZETA DE CONCRETO ARMADO TIPO T 1900mm, INCLUSIVE PARAFUSOS-MÁQUINA, PORCAS E ARRUELAS QUADRADAS GALVANIZADAS	2,00	PÇ
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, EM CABO SINGELO DE COBRE 120mm ² EXISTENTE, DE TERMINAÇÃO CONTRÁTIL A FRIO APROPRIADA PARA USO EXTERNO OU INTERNO, FABRICAÇÃO 3M, MODELO QTII-5635K, OU EQUIVALENTE TÉCNICO.	4,00	PÇ
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ABRAÇADEIRA PARA FIXAÇÃO DE CABO COM TERMINAÇÃO CONTRÁTIL A FRIO, FABRICAÇÃO 3M, MODELO MB3, OU	4,00	PÇ



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

EQUIVALENTE TÉCNICO.		
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PÁRA-RAIO DE ÓXIDOS METÁLICOS EM INVÓLUCRO POLIMÉRICO, 12kV/10kA, DOTADO DE DESLIGADOR AUTOMÁTICO, SEM CENTELHADOR, INCLUINDO A CONEXÃO DO PONTO COMUM À MALHA DE ATERRAMENTO DA CABINE.	3,00	PÇ

CUBÍCULO DE MEDIÇÃO		
SERVIÇO	QUANTIDADE	UNIDADE
FECHAMENTO DOS ELETRODUTOS DO RAMAL DE ENTRADA COM ESPUMA DE POLIURETANO AUTO-EXPANSÍVEL	1,00	SV
REMOÇÃO E DESCARTE APROPRIADO DE MUFLA DE PORCELANA CLASSE 15kV	4,00	SV
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE BUCHA DE PASSAGEM DE PORCELANA PARA USO EXTERNO/INTERNO, CLASSE 15kV, COM TIRANTE DE LATÃO	3,00	PÇ



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

5/8"		
INSTALAÇÃO SEM FORNECIMENTO DE TRANSFORMADOR DE CORRENTE PARA MEDIÇÃO, FORNECIDO PELA NEOENERGIA	3,00	PÇ
INSTALAÇÃO SEM FORNECIMENTO DE TRANSFORMADOR DE POTENCIAL PARA MEDIÇÃO, FORNECIDO PELA NEOENERGIA	3,00	PÇ
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE VERGALHÃO DE COBRE ELETROLÍTICO 5/8", INCLUINDO TERMINAIS CONCÊNTRICOS CENTRAIS, LATERAIS, TIPO TÊ E TIPO EMENDA, PARAFUSO DE LATÃO DE CABEÇA SEXTAVADA, PORCA SEXTAVADA E ARRUELAS LISA E DE PRESSÃO.	14,00	m
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, EM CABO SINGELO DE COBRE 120mm ² EXISTENTE, DE TERMINAÇÃO CONTRÁTIL A FRIO APROPRIADA PARA USO EXTERNO OU INTERNO, FABRICAÇÃO 3M, MODELO QTII-5635K, OU EQUIVALENTE TÉCNICO.	4,00	PÇ



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ABRAÇADEIRA PARA FIXAÇÃO DE CABO COM TERMINAÇÃO CONTRÁTIL A FRIO, FABRICAÇÃO 3M, MODELO MB3, OU EQUIVALENTE TÉCNICO.	4,00	PÇ
---	------	----

CUBÍCULO DE PROTEÇÃO		
SERVIÇO	QUANTIDADE	UNIDADE
REMOÇÃO E DESCARTE APROPRIADO DE CHAVE SECCIONADORA TRIPOLAR 15kV/400A	2,00	SV
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CHAVE SECCIONADORA TRIPOLAR DE ACIONAMENTO SIMULTÂNEO E ABERTURA EM CARGA (LOAD BUSTER),CLASSE 15kV, CAPACIDADE 400A, INCLUINDO DISPOSITIVO FIM-DE-CURSO NA+NF, EIXO E PUNHO DE ACIONAMENTO.	2,00	PÇ
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TRANSFORMADOR DE CORRENTE EM EPÓXI PARA USO INTERNO, CLASSE 15kV, RTC 300:5A, CLASSE DE EXATIDÃO 10B50.	3,00	PÇ



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TRANSFORMADOR DE POTENCIAL EM EPÓXI PARA USO INTERNO, CLASSE 15kV, RTP 13,8kV/R3:115/R3A, CLASSE DE EXATIDÃO 0,3P75, GRUPO DE LIGAÇÃO 3b.	3,00	PÇ
INSTALAÇÃO SEM FORNECIMENTO DE DISJUNTOR TRIPOLAR A VÁCUO, CLASSE 15kV, 630A, 16kA, FABRICAÇÃO SIEMENS, MODELO SION.	1,00	PÇ
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE VERGALHÃO DE COBRE ELETROLÍTICO 5/8", INCLUINDO TERMINAIS CONCÊNTRICOS CENTRAIS, LATERAIS, TIPO TÊ E TIPO EMENDA, PARAFUSO DE LATÃO DE CABEÇA SEXTAVADA, PORCA SEXTAVADA E ARRUELAS LISA E DE PRESSÃO.	36,00	m
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, EM CABO SINGELO DE COBRE 120mm ² EXISTENTE, DE TERMINAÇÃO CONTRÁTIL A FRIO APROPRIADA PARA USO EXTERNO OU INTERNO, FABRICAÇÃO 3M, MODELO QTII-5635K, OU EQUIVALENTE TÉCNICO.	4,00	PÇ



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ABRAÇADEIRA PARA FIXAÇÃO DE CABO COM TERMINAÇÃO CONTRÁTIL A FRIO, FABRICAÇÃO 3M, MODELO MB3, OU EQUIVALENTE TÉCNICO.	4,00	PÇ
---	------	----

CIRCULAÇÃO		
SERVIÇO	QUANTIDADE	UNIDADE
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ESTRADO DE BORRACHA CLASSE 2, ISOLAMENTO 20kV, DIMENSÕES 1000x1000x25mm	1,00	PÇ
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE QUADRO DE COMANDO DA PROTEÇÃO, CONFORME DIAGRAMA EM ANEXO.	1,00	SV
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIA EM CHAPA DE AÇO, MONTAGEM SOBREPOR, PINTURA ELETROSTÁTICA EPÓXI A PÓ, DOTADA DE REFLETOR DE ALUMÍNIO DE ALTO BRILHO, COM DUAS LÂMPADAS TUBULARES T8	2,00	PÇ



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

LED 16W		
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA EM MATERIAL PLÁSTICO ANTI-CHAMA, COM INSCRIÇÃO "SAÍDA" NA LENTE, DOTADA DE BATERIA DE ÍON-LÍTIO COM AUTONOMIA MÍNIMA DE 3h COM FLUXO MÁXIMO, INTENSIDADE MÍNIMA 100 LÚMENS, TENSÃO DE ENTRADA 100/240Vca AUTOMÁTICA	1,00	PÇ
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CAIXA METÁLICA PARA GUARDA DO PRONTUÁRIO ELÉTRICO DAS INSTALAÇÕES, MONTAGEM SOBREPOR, DOTADA DE VISOR DE POLICARBONATO TRANSPARENTE, DIMENSÕES 350x250x80mm	1,00	PÇ
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO DE "PERIGO DE MORTE - ALTA TENSÃO" FABRICADA EM ACRÍLICO, DIMENSÕES 540x380mm, LAYOUT CONFORME PROJETO	3,00	PÇ
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EXTINTOR DE INCÊNDIO	1,00	PÇ



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

PORTÁTIL, FABRICADO COM CILINDRO DE AÇO SEM COSTURA SAE1541, COM CARGA DE GÁS CARBÔNICO, CAPACIDADE DE 6kg DE AGENTE EXTINTOR, PARA COMBATE A INCÊNDIO DE CLASSES B E C, DOTADO DE VÁLVULA TIPO GATILHO INTERMITENTE E DIFUSOR DE POLIPROPILENO.		
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA PARA SINALIZAÇÃO DE EXTINTOR DE INCÊNDIO DE CO2 PARA COMBATE A INCÊNDIOS EM EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS E LÍQUIDOS INFLAMÁVEIS (CLASSES B E C).	1,00	PÇ

PONTO DE SAÍDA		
SERVIÇO	QUANTIDADE	UNIDADE
REMOÇÃO E DESCARTE APROPRIADO DE MUFLA DE PORCELANA CLASSE 15kV	4,00	SV
REMOÇÃO E DESCARTE APROPRIADO DE PÁRA-RAO TIPO VÁLVULA 12kV/10kA	3,00	SV



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

REMOÇÃO E DESCARTE APROPRIADO DE SUPORTE METÁLICO PARA MUFLAS DE PORCELANA 15kV.	1,00	SV
REMOÇÃO E DESCARTE APROPRIADO DE SUPORTE METÁLICO PARA MUFLAS DE PORCELANA 15kV	1,00	SV
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CRUZETA DE CONCRETO ARMADO TIPO T 1900mm, INCLUSIVE PARAFUSOS-MÁQUINA, PORCAS E ARRUELAS QUADRADAS GALVANIZADAS	2,00	PÇ
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, EM CABO SINGELO DE COBRE 120mm ² EXISTENTE, DE TERMINAÇÃO CONTRÁTIL A FRIO APROPRIADA PARA USO EXTERNO OU INTERNO, FABRICAÇÃO 3M, MODELO QTII-5635K, OU EQUIVALENTE TÉCNICO.	4,00	PÇ
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ABRAÇADEIRA PARA FIXAÇÃO DE CABO COM TERMINAÇÃO CONTRÁTIL A FRIO, FABRICAÇÃO 3M, MODELO MB3, OU EQUIVALENTE TÉCNICO.	4,00	PÇ



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PÁRA-RAIO DE ÓXIDOS METÁLICOS EM INVÓLUCRO POLIMÉRICO, 12kV/10kA, DOTADO DE DESLIGADOR AUTOMÁTICO, SEM CENTELHADOR, INCLUINDO A CONEXÃO DO PONTO COMUM À MALHA DE ATERRAMENTO DA CABINE.	3,00	PÇ
---	------	----

ACESSO		
SERVIÇO	QUANTIDADE	UNIDADE
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE LÂMPADA LED TIPO MINIBULBO, BASE E27, 100-240V, 4W MÍNIMO, COR VERMELHA	1,00	PÇ
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE LÂMPADA LED TIPO MINIBULBO, BASE E27, 100-240V, 4W MÍNIMO, COR VERDE	1,00	PÇ

MALHA DE ATERRAMENTO		
SERVIÇO	QUANTIDADE	UNIDADE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE HASTE DE ATERRAMENTO DE AÇO COBREADO DE ALTA CAMADA, FABRICADA EM AÇO CARBONO SAE1010 A SAE1020, REVESTIDA POR CAMADA UNIFORME DE COBRE ELETROLÍTICO DE ESPESSURA MÍNIMA 254 MÍCRONS POR PROCESSO DE ELETRODEPOSIÇÃO ANÓDICA, SEM TRAÇOS DE ZINCO, DIMENSÕES $\varnothing 5/8"$ x2400mm	6,00	PÇ
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CAIXA DE INSPEÇÃO DE ATERRAMENTO EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIMENSÕES INTERNAS 0,30x0,30x0,40m, COM TAMPA DE CONCRETO ARMADO E FUNDO DE SOLO NATURAL RECOBERTO DE BRITA	6,00	PÇ
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CABO DE COBRE RÍGIDO NU, SEÇÃO 50mm ² , CLASSE DE ENCORDOAMENTO 2A INSTALADO A 60cm DE PROFUNDIDADE, INCLUINDO ESCAVAÇÃO E REATERRO	25,00	m



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE SOLDA EXOTÉRMICA PARA CONEXÃO DE CABO DE COBRE NU 50mm ² E HASTE DE ATERRAMENTO 5/8"	6,00	SV
CONEXÃO DA MALHA DE ATERRAMENTO AO RODAPÉ EXISTENTE DA CABINE.	1,00	SV

5.2 TODOS OS SERVIÇOS SERÃO EXECUTADOS COM AS INSTALAÇÕES DESERNEGIZADAS. OS SERVIÇOS SERÃO REALIZADOS DE SEGUNDA À SEXTA-FEIRA, DAS 7:00 ÀS 17:00. A RECONEXÃO DA CABINE DE MEDIÇÃO À REDE DE DISTRIBUIÇÃO SERÁ REALIZADA PELA NEOENERGIA PERNAMBUCO.

5.3 Os técnicos da Contratada deverão estar presentes às instalações da UFPE equipados com os seguintes E.P.I.'s: Fardamento / Capacete / Bota com biqueira de polipropileno / Luva de algodão pigmentada/ Protetor auricular / Óculos de segurança; Além desses EPI's, a Contratada deverá adquirir outros que porventura sejam exigidos pelo laudo do SESST

5.4 O transporte dos materiais e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços é responsabilidade da Contratada;

5.5 Alimentação e transporte da equipe para execução dos serviços serão de responsabilidade da Contratada



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

5.6 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.6.1 Início da execução do objeto: 2 (dois) dias úteis do recebimento da ordem de serviço (Anexo VII do TR);

5.6.2 A empresa deverá informar ao fiscal técnico o cronograma que pretende cumprir para realizar o serviço

6 DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 Trata-se de serviço comum de engenharia, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser adquirido mediante dispensa de licitação, o prazo para conclusão dos serviços será de 30 (trinta) dias corridos (contados do recebimento pela Contratada da ordem de serviço).

6.2 Os serviços enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

6.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

7 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Todas as descrições técnicas necessárias estão expostas na descrição da solução .

8 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

8.1 O objeto referenciado neste projeto executivo está alinhado ao Mapa Estratégico do Plano Estratégico Institucional da UFPE (PEI) na vigência 2013–2027, especificamente quanto ao seu décimo quinto objetivo estratégico: “Ampliar, modernizar e manter a infraestrutura física da Universidade”, na folha 27 do referido PEI.

8.2 O Plano Estratégico Institucional – PEI da UFPE para o período 2013–2027, em sua página 05 nos remete a:

“Atenção especial vem sendo dada à manutenção das infraestruturas da UFPE, que teve um expressivo crescimento nos últimos anos. O objetivo é cuidar dos espaços coletivos, internos e externos, tornando-os mais humanos e seguros, ampliando as moradias e restaurantes estudantis, além de construirmos novos laboratórios de pesquisa e salas de aula, inseridas no novo Plano Diretor”.

9 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

9.1 A empresa contratada deve executar os serviços de acordo com as normas de engenharia e/ou arquitetura aplicáveis, bem como em conformidade com os normativos descritos no item 2 deste documento e todos que a estes se relacionem ou os sobreponham.

9.2 Com vistas a atender à necessidade pública da UFPE, ratificam-se os serviços a serem contratados como sendo de natureza não continuada, sem dedicação exclusiva de mão de obra, pois visam a atender à necessidade pública de imediato, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional (art. 15 da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017).

9.3 O prazo para conclusão dos serviços será de 30 (trinta) dias corridos, contado do recebimento pela Contratada da ordem de serviço e da nota de empenho emitidas por esta Instituição, restando



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

incluído nesse prazo o tempo necessário à entrega, pela Contratada, do produto decorrente da contratação em pauta, à apresentação de possíveis retificações solicitadas pela Contratante e à sua aprovação.

9.4 Deverá ser apresentado pela empresa participante Registro ou inscrição no CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CREA, conforme as áreas de atuação e em plena validade.

9.5 O serviço será acompanhado pela fiscalização técnica indicada pela Contratante.

9.6 A prestação do serviço fora das especificações indicadas neste projeto executivo e em desconformidade com as exigências solicitadas implicará a recusa por parte da Contratante e deverá ser retificada pela Contratada em tempo hábil, considerando o prazo previsto pelo subitem 9.3 supra para a conclusão dos serviços, sem que acarrete despesa adicional de qualquer natureza à UFPE.

9.7 A conclusão do serviço estará condicionada à aprovação do produto pela Superintendência de Infraestrutura/UFPE.

Sustentabilidade:

9.8 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

9.8.1 Observar, no que couber, a norma NBR-14652/2001, como também as Resoluções RDC 222/2018 da ANVISA e a Resolução 358/2005 do CONAMA, quanto aos serviços objeto deste Instrumento;

9.8.2 Não fazer lançamento de resíduos ou poluição atmosférica sem o devido monitoramento da Diretoria de Meio Ambiente /SINFRA;

9.8.3 Não lançar fragmentos ou material particulado no ambiente;

9.8.4 Não fazer a queima de combustíveis não renováveis, exceto imprescindível para a execução dos serviços; e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

9.8.5 Quando o serviço for realizado em via pública, causar o mínimo de transtorno ao transeunte.

10 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 Os recursos para a execução da despesa proveniente do presente projeto executivo correrão à conta de recursos alocados no orçamento do Tesouro Nacional, cuja reserva orçamentária será indicada pela Diretoria de Orçamento da Pró Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças – PROPLAN/DORC.

11 CRITÉRIOS DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômico-financeira são as usuais para a generalidade dos objetos, compreendendo o cadastro da empresa no SICAF previamente à contratação, em conformidade com o disciplinado neste documento;

11.2 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com fundamento na hipótese do art. 75, inc. VIII da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço global.

11.3 O regime de execução de contrato será empreitada por preço global;

11.4 Declaração formal assinada pelo representante legal da empresa prestadora de serviços, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras, conforme modelo constante no ANEXO III -a do TR.

11.5. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo constante no Anexo III-a do TR;

11.6. A empresa contratada deverá estar registrada no CREA, e com registro vigente;

11.7. O engenheiro eletricista, com registro vigente no CREA, responsável técnico da empresa



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

proponente, deverá ter experiência em serviços de execução de instalação de subestação abrigada com disjunção primária e proteção indireta ou de execução de serviço de cabine de medição e proteção primárias, inclusive a montagem do quadro de comando e proteção, o qual deverá ser comprovada a partir da apresentação de Certidão de Acervo Técnico;

11.8. A empresa deverá possuir atestado de capacidade técnica que comprove que ela já tenha executado serviço de subestação de média tensão ou cabine de medição e proteção;

11.9. O responsável técnico deverá assinar um documento conforme mostrado no ANEXO VI do TR;

12 MEDIÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

12.1.1 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

12.1.1.1 não produzir os resultados acordados

12.1.1.2 deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

12.1.1.3 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

12.2 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os critérios definidos no IMR.

12.3 Independente dos resultados medidos pelo IMR, caso a cabine não possa ser ligada o serviço não será considerado concluído. Lembrando que os ajustes de proteção serão entregues para a Contratada pela Contratante.

Recebimento

12.4 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, pelo fiscal técnico, mediante Relatório de Fiscalização, quando verificado o cumprimento das



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a , da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

12.4.1 O prazo da disposição acima será contado do recebimento dos documentos da CONTRATADA, que comprove a prestação do serviço a que se refere a parcela a ser paga.

12.4.2 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante Relatório de Fiscalização que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

12.4.3 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante Relatório de Fiscalização que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

12.4.4 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no IMR, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

12.4.5 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do Relatório de Fiscalização ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

12.4.6 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

12.4.7 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

Recebimento Provisório

12.4.8 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, neste Projeto Executivo e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.4 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Relatório de Fiscalização deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

12.5 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante Termo de Recebimento Definitivo, obedecendo os seguintes procedimentos:

12.5.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores do IMR, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

12.5.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

12.5.3 Emitir Termo de Recebimento Definitivo para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

12.5.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

dimensionado pela fiscalização.

12.5.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

12.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

12.7 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

12.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

13 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

13.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 304.554,47 (trezentos e quatro mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e sete centavos).

13.2 Para a obtenção dos preços máximos estimados foram priorizados os parâmetros estabelecidos no § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133/21, porém, devido à peculiaridade da contratação pretendida (localização, quantitativo de equipamentos, diversidades de marcas e capacidades dos equipamentos) optamos por desprezar tais registros, pois poderia estimar um valor que não condissesse com a nossa realidade.

13.3 Embora o § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133/21 exclua a previsão da possibilidade de utilização de pesquisa de preços com fornecedores, fonte que consta no inciso IV do § 1º do mesmo artigo, destinado à aquisição de bens e contratação de serviços em geral, o Manual de Obras e Serviços de engenharia do TCESP traz essa possibilidade como medida excepcional.

13.4 Assim sendo, optamos em realizar pesquisa de preços junto às empresas do ramo, pois nos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

parece assegurar maior fidelidade quanto ao preço a ser estimado, e está prevista no inciso IV do artigo 5º da Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021, que, apesar de informar expressamente não ser aplicável a obras e serviços de engenharia, é aplicável para aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

14 VISTORIA PARA O CERTAME

14.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é facultativa, para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, no Campus Joaquim Amazonas da UFPE (campus principal de Recife), das 8 horas às 12 horas ou de 13 horas às 16 horas. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Aviso de Contratação, estendendo-se até a data final de envio das propostas, agendando-a previamente com a Gerência de Alta Tensão e Iluminação Pública, por meio dos contatos: gatip.sinfra@ufpe.br ou (81)2126-8699.

14.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

14.3 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

14.3.1 Caso realize a vistoria, a empresa participante será atestada pela CONTRATANTE, conforme modelo do ANEXO III-b do Termo de Referência.

14.4. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo constante no ANEXO III-a do Termo de Referência.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

14.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

15 CONTRATO

15.1 O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias contados da assinatura do contrato pelas partes, prorrogável na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, até o recebimento definitivo do serviço.

15.2. Antes do aceite da ordem de serviço e da nota de empenho, a Administração realizará consulta “online” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

15.3. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste projeto executivo.

16 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1 Executar o contrato conforme as especificações deste Projeto Executivo e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidades mínimas especificadas neste Projeto Executivo e em sua proposta.

16.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

16.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

16.3.1 A responsabilidade de que trata o subitem anterior inclui a reparação por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo, em qualquer caso, a contratada ressarcir imediatamente a Administração Pública em sua integralidade;

16.4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos essenciais do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

16.5 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de ocupado de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do decreto nº 7.203, de 2010;

16.6 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

16.7 A Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenção Coletiva que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade;

16.8 Providenciar junto ao CREA as Anotações de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77);

16.8.1 A “Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)”, deve indicar o(s) profissional(ais) responsável(eis) pela obra, devendo o comprovante ser apresentado à Fiscalização, no prazo de 5(cinco) dias úteis, a contar da assinatura deste contrato;

16.9 Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Projeto Executivo e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

16.10 Apresentar à Fiscalização, antes do início da obra, relação dos empregados que trabalharão na execução do objeto, destacando os respectivos cargos e horários de trabalho;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

16.11 Fornecer, a qualquer momento, todas as informações de interesse para a execução das obras que a CONTRATANTE/Fiscalização julgar necessário conhecer ou analisar;

16.12 Afastar do local dos trabalhos e substituir, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer empregado ou contratado, cuja atuação ou permanência prejudique o prosseguimento regular dos trabalhos ou cujo comportamento seja julgado inconveniente pela Fiscalização;

16.13 Não permitir que seu pessoal ingresse em áreas estranhas ao local de execução da obra sem antes certificar-se de já existir autorização expressa para tal;

16.14 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

17 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

17.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

17.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

17.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

17.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço;

17.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;

17.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

17.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto;

17.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

17.6.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

17.6.4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

17.7. Fornecer os elementos que se fizerem necessários à compreensão dos "Documentos Técnicos" e colaborar com a CONTRATADA, quando para tanto solicitada.

17.8. Garantir o acesso da CONTRATADA e de seus prepostos ao local de realização do serviço;

17.9. Fornecer o modelo para as placas de sinalização do serviço;

17.10. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

17.11. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

17.12. Exigir da Contratada que providencie "as built", elaborado pelo responsável por sua execução como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto

17.13. Manter arquivada toda a documentação, com remessa à UFPE de cópia das peças principais (contrato, aditivo, etc.) para arquivo junto ao processo licitatório, por esta realizado;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

Recife, 05 de fevereiro de 2025.

Emmanuel Aires Urquiza de Carvalho
Gerência de Alta Tensão e Iluminação Pública

Aprovo e autorizo este Projeto Básico/Projeto Executivo.

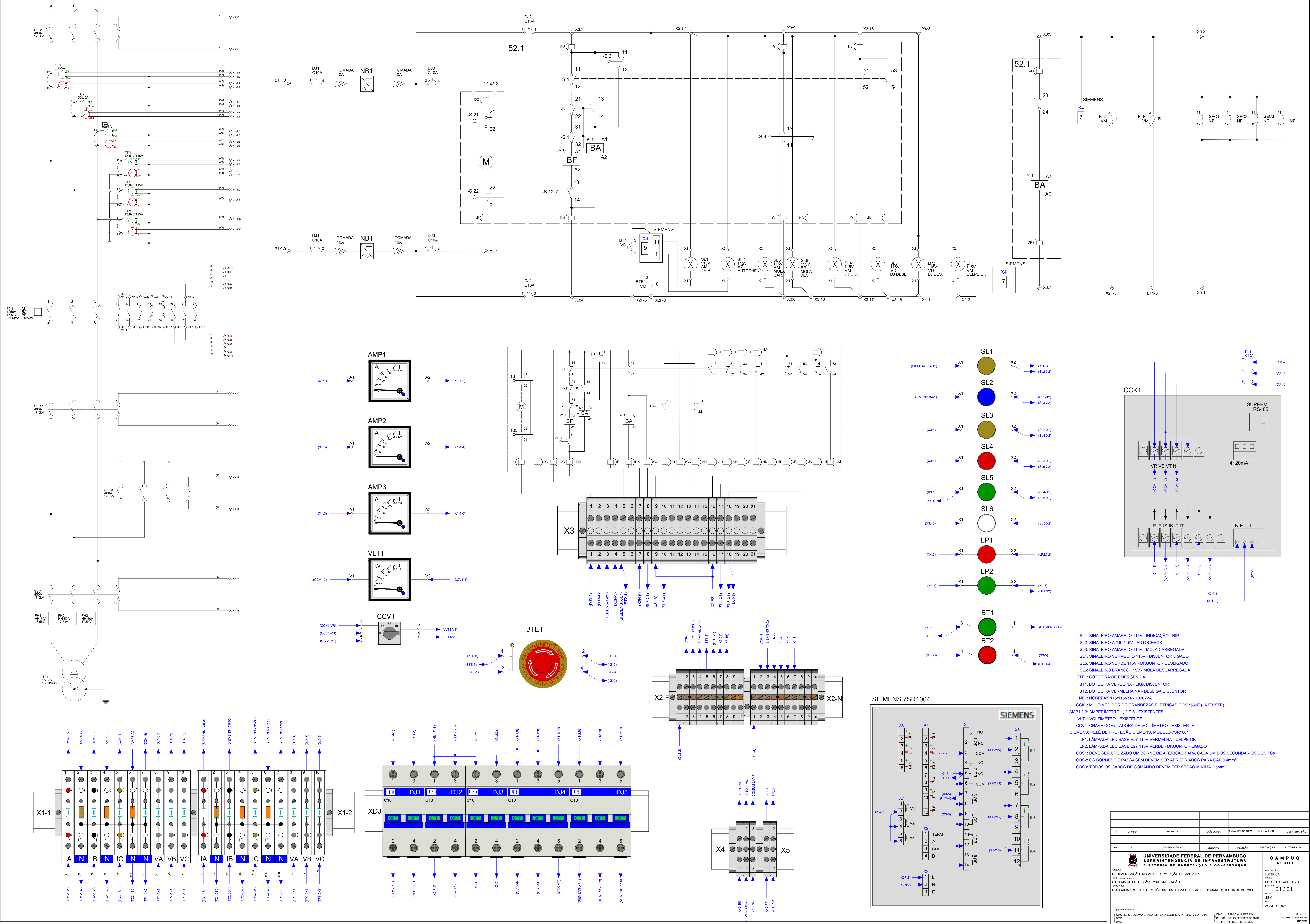
Liélcio Bezerra Brandão Superintendente de Infraestrutura/UFPE

ANEXO DO PROJETO EXECUTIVO- DIAGRAMA DE LIGAÇÕES



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

**ANEXO DO PROJETO EXECUTIVO
DIAGRAMA DE LIGAÇÕES**



1	20/08/24	PROJETO	LUIZ LOPEZ	REVISÃO	PAULO ALBINO	LEIJO BRANDÃO
REV	DATA	OBSERVAÇÕES	DESENHO	REVISÃO	APPROVAÇÃO	AUTORIZAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DIRETORIA DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO						C A M P U S R E C I P I E
PROJETO: REQUALIFICAÇÃO DA CABINE DE MEDIÇÃO PRIMÁRIA Nº2 SISTEMA DE PROTEÇÃO EM MÉDIA TENSÃO DIAGRAMA TRIFÁSICO DE POTÊNCIA; DIAGRAMA UNIFÁSICO DE COMANDO; REGULA DE BORNES						PROJETO EXECUTIVO PÁGINA: 01 / 01 DATA: 01/08/2024
APPROVADO POR: DMC - LUIZ GUSTAVO C. O. LOPES - ENGR. ELETRICISTA - CREA 35.941/PE DCA - LUIZ GUSTAVO C. O. LOPES - ENGR. ELETRICISTA - CREA 35.941/PE						DIRETOR SUPERINTENDENTE REVISOR



ANEXO II DO TR
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR

1. DEFINIÇÃO

1.1. Este documento apresenta os critérios de avaliação da qualidade do serviço de requalificação de Cabine Primária de Proteção e Medição, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.

1.2. Este anexo é parte indissociável do Projeto Básico, do contrato e de seus demais anexos.

2. INDICADORES, METAS E MECANISMOS DE CÁLCULO.

2.1. Os serviços e produtos da CONTRATADA serão avaliados por meio de dois indicadores de qualidade:

- 1) Tempo para a conclusão da Ordem de Serviço;
- 2) Limpeza do local ao final de cada dia de serviço;

2.2. Aos indicadores serão atribuídos pontos de qualidade, conforme critérios apresentados nas tabelas abaixo.

2.2.1. Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços.

2.2.2. A pontuação final de qualidade dos serviços pode resultar em valores entre 0 (zero) e 100 (cem), correspondentes respectivamente às situações de serviço desprovido de qualidade e serviço com qualidade elevada.

2.3. As tabelas a seguir apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo da pontuação de qualidade.

INDICADOR 1 –TEMPO PARA A CONCLUSÃO DA ORDEM DE SERVIÇO

ITEM	DESCRIÇÃO
------	-----------



Finalidade	Garantir que o serviço seja realizado dentro de trinta dias
Meta a cumprir	Cumprimento da Ordem de Serviço em trinta dias
Instrumento de medição	Obediência aos prazos
Forma de acompanhamento	Presencial. Pelo fiscal técnico do contrato.
Periodicidade de levantamento / aferição do indicador	Ao final de trinta dias, caso o serviço não tenha terminado, cada dia excedente será contado
Mecanismo de Cálculo	Verificação dos dias excedentes
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	Serviço terminado em sessenta dias ou menos = 66 Pontos 1 dia excedente = 62 Ponto 2 dias excedentes = 58 Pontos 3 dias excedentes = 54 Pontos 4 dias excedentes = 50 Pontos 5 dias excedentes = 46 Pontos 6 dias excedentes = 42 Pontos 7 dias excedentes = 38 Pontos 8 dias excedentes = 34 Pontos 9 dias excedentes = 30 Pontos 10 dias excedentes = 26 Pontos 11 dias excedentes = 22 Pontos 12 dias excedentes = 18Pontos 13 dias excedentes = 14 Pontos 14 dias excedentes = 10 Pontos 15 dias excedentes = 6 Pontos 16 dias excedentes = 0 Pontos
Sanções	Para o caso de cinco ou mais ocorrências, a fiscalização ou gestão do contrato avaliará a pertinência da solicitação de aplicação das penalidades legais estabelecidas para tais situações.



INDICADOR 2 – LIMPEZA DO LOCAL AO FIM DA ORDEM DE SERVIÇO	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Manter os ambientes limpos adequadamente ao final do atendimento
Meta a cumprir	Limpeza da área de trabalho indicada na Ordem de Serviço
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências.
Forma de acompanhamento	Presencial. Pelo fiscal técnico através de livro de registros ou relatório encaminhado à gestão do contrato.
Periodicidade de levantamento / aferição do indicador	Diária, com aferição mensal do resultado.
Mecanismo de Cálculo	Ao término de cada dia de serviço, o Fiscal Técnico irá verificar a presença de lixo na subestação e nos arredores(desde que causada pelo serviço)
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	Ocorrências (Percentual*): Não foi encontrado lixo → 34 Pontos Foi encontrado lixo em 30% ou menos dos dias de serviço, ao final do serviço → 24 Pontos Foi encontrado lixo entre 30% e 50% dos dias de serviço, ao final do serviço → 10 Pontos Foi encontrado lixo em mais de 50% dos dias de serviço → 0 Pontos
Sanções	Para os casos que se enquadrarem na faixa (Percentual > 50%), a fiscalização ou gestão do contrato avaliará a pertinência da solicitação de aplicação das penalidades legais estabelecidas para tais situações.
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:	O que se busca com esse indicador é reduzir o acúmulo de entulho nas dependências da universidade durante os serviços



3. FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO

3.1. As pontuações de qualidade devem ser totalizadas para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas acima.

3.1.1. A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final no intervalo de 0 a 100 pontos, correspondente à soma das pontuações obtidas para cada indicador, conforme fórmula abaixo:

$$\text{PONTUAÇÃO TOTAL} = \sum [(\text{Total para o Indicador 1}) + (\text{Total para o Indicador 2}) + (\text{Total para o Indicador 3}) + (\text{Total para o Indicador 4}) + (\text{Total para o Indicador 5}) + (\text{Total para o Indicador 6}) + (\text{Total para o Indicador 7})]$$

3.2. Os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentadas abaixo:

Faixas de pontuação	Pagamento devido	Fator de Ajuste de nível de serviço
De 90 a 100 pontos	100% do valor previsto	1,00
De 80 a 89 pontos	97% do valor previsto	0,97
De 70 a 79 pontos	95% do valor previsto	0,95
De 60 a 69 pontos	93% do valor previsto	0,93
De 50 a 59 pontos	90% do valor previsto	0,90
Abaixo de 50 pontos	90% do valor previsto mais multa	*0,90

***OBSERVAÇÃO IMPORTANTE:** Para uma pontuação abaixo de 50 pontos a fiscalização ou gestão do contrato avaliará a pertinência da solicitação para aplicação das sanções legais previstas para tais situações.



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



Logo:

Valor devido por Nota Fiscal= [(Valor mensal
previsto) x (Fator de ajuste de nível de serviço)]



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



ANEXO III-a DO TR - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO OBJETO

DISPENSA ELETRÔNICA Nº ____/____

(em papel timbrado da licitante)

Atestamos, para fins de habilitação na Dispensa Eletrônica Nº ____/____ da UFPE, que a Licitante _____, CNPJ _____, representada por *(inserir nome e cpf do representante legal)*, tem pleno conhecimento do objeto, das condições da dispensa de licitação e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, que constam no Aviso de Contratação e nos seus Anexos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras.

(Local), ... de de 20.. .

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, CPF e assinatura)



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



ANEXO III-b DO TR – MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA

DISPENSA ELETRÔNICA Nº ____/____

(conforme subitem 3.3 do anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5, de 2017)

(em papel timbrado da licitante)

Atestamos, para os devidos fins, que o(a) Sr(a). _____, R.G. _____, CPF _____, indicado(a) pela licitante, tomou conhecimento de todas as informações técnicas e das condições locais para a prestação dos serviços, objeto da Dispensa Eletrônica Nº ____/____.

Recife, ... de de 20.. .

GERÊNCIA DE ALTA TENSÃO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA
(Assinatura e carimbo do servidor)

DE ACORDO:

REPRESENTANTE DA LICITANTE
(Nome, CPF e assinatura)

Observações:

1. A vistoria técnica requer agendamento prévio com a Gerência de Alta Tensão e Iluminação Pública da UFPE, localizado no Campus Joaquim Amazonas da UFPE, de segunda à sexta-feira, das 8 horas às 12 horas ou de 13 horas às 16 horas, por meio dos contatos: gatip.sinfra@ufpe.br ou (81)2126-8699. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Aviso de Contratação, estendendo-se até a data final de envio das propostas.
2. Veda-se a realização de vistoria por mais de uma empresa no mesmo horário.
3. O profissional indicado pela licitante deverá portar procuração da empresa que o habilite a realizar a vistoria e apresentá-lo ao servidor da Gerência de Alta Tensão e Iluminação Pública da UFPE.



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



**ANEXO IV DO TR – MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE,
SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ**

DISPENSA ELETRÔNICA Nº ____/____

(em papel timbrado da licitante)

_____(nome da empresa), inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ Órgão expedidor _____ e do C.P.F nº _____, DECLARA, para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

(assinalar com “x” a ressalva acima, caso verdadeira)

(Local), ... de de 20.. .

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, CPF e assinatura)



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



**ANEXO V DO TR – MODELO DE DECLARAÇÃO INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE
IMPEDITIVO**

DISPENSA ELETRÔNICA Nº ____/____
(em papel timbrado da licitante)

NOME DA EMPRESA _____ **CNPJ OU CIC** _____ **SEDIADA** _____
(endereço completo), declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos supervenientes
impeditivos para sua habilitação no presente processo de dispensa de licitação, ciente da obrigatoriedade de
declarar ocorrências posteriores.

(Local), ... de de 20.. .

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, CPF e assinatura)



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



ANEXO VI DO TR - MODELO DE DESIGNAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO

DISPENSA ELETRÔNICA Nº ____/____

(em papel timbrado da licitante)

A licitante _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, CPF nº _____, DESIGNA como responsável(is) técnico(s) pela execução dos serviços de requalificação de Cabine Primária de Proteção e Medição da Universidade Federal de Pernambuco, objeto da Dispensa Eletrônica Nº ____/____, o(s) profissional(is) abaixo relacionado(s):

Nome do Responsável Técnico	Título profissional	Nº do Registro no CREA	Data de Registro

(Local), ... de de 20.. .

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, CPF e assinatura)

DE ACORDO:

RESPONSÁVEL TÉCNICO
(Nome, CPF e assinatura)

RESPONSÁVEL TÉCNICO
(Nome, CPF e assinatura)



ANEXO VII DO TR - MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

DISPENSA ELETRÔNICA Nº __/____

1. IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO

Nº da OS:	Unidade requisitante:
Data de emissão: / /	Serviço:
Contrato Nº: /20	Processo Nº:

2. IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA

Razão social:	CNPJ:
Endereço:	
Telefones: -fixo: -móvel (<i>whatsApp</i>):	E-mail:

3. DEFINIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

Nº	Serviço	Quantidade	Unidade de Medida

4. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DE HORAS DEMANDADAS / REMUNERAÇÃO POR HORAS

Nº Serviço (cf. qd. 3)	Metodologia*	Quantidade de horas	Valor Unitário R\$	Valor Global R\$
TOTAIS				

*Conforme subitem d.4 do item 2.5 do Anexo V da IN SEGES/MPDG nº 05/2017.

5. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS

6. DEMAIS DETALHAMENTOS

7. DATA OU PERÍODO PARA EXECUÇÃO

8. RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros necessários ao pagamento desta Ordem de Serviço serão originários da classificação
--



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO




funcional programática abaixo especificada:	
Unidade Orçamentária:	
Função Programática:	
Projeto de Atividade:	
Elemento de Despesa:	
Fonte de Recurso:	
Saldo Orçamentário:	

9. IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS


<p>Caruaru, de de 20...</p> <p>_____ Responsável pela solicitação do serviço</p>	<p>Caruaru, de de 20...</p> <p>_____ Responsável pela avaliação do serviço</p>
---	---

ANEXO VIII-a do TR - Planilha de Composição Analítica da Taxa de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) -

	Universidade Federal de PernambucoSuperintendência de InfraestruturaDiretoria de Manutenção	
SERVIÇO:	Requalificação da cabine de medição e proteção primária 2	
LOCAL:	Campus Recife - UFPE.	
AUTORIA:		
COMPOSIÇÃO DO BDI - NÃO DESONERADO		
Item	Discriminação	Valor (%)
AC	Administração Central	5.92
R	Risco	1.48
SG	Seguros e Garantias	0.51
DF	Despesas Financeiras	1.07
L	Lucro Bruto	8.31
I	Impostos Fórmula: I = PIS + COFINS + ISS	7.15
	PIS	0.65
	COFINS	3.00
	ISS	3.50
	CPRB - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE RECEITA BRUTA	-
BDI*	Benefícios e Despesas Indiretas Fórmula: BDI = ((1+(AC/100+SG/100+R/100))*(1+DF/100)*(1+L/100))/(1-I/100)-1	27.22%

*O BDI é calculado através da fórmula indicada; não equivale a uma simples soma dos parâmetros informados.

ANEXO VIII-b do TR - Planilha de Composição Analítica da Taxa de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) - DESONERADO

	Universidade Federal de PernambucoSuperintendência de InfraestruturaDiretoria de Manutenção	
SERVIÇO:	Requalificação da cabine de medição e proteção primária 2	
LOCAL:	Campus Recife - UFPE.	
AUTORIA:		
COMPOSIÇÃO DO BDI - DESONERADO		
Item	Discriminação	Valor (%)
AC	Administração Central	5.92
R	Risco	1.48
SG	Seguros e Garantias	0.51
DF	Despesas Financeiras	1.07
L	Lucro Bruto	8.31
I	Impostos Fórmula: I = PIS + COFINS + ISS + CPRB	10.75
	PIS	0.65
	COFINS	3.00
	ISS	3.50
	CPRB - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE RECEITA BRUTA	3.60
BDI*	Benefícios e Despesas Indiretas Fórmula: BDI = ((1+(AC/100+SG/100+R/100))*(1+DF/100)*(1+L/100))/(1-I/100)-1	32.36%

*O BDI é calculado através da fórmula indicada; não equivale a uma simples soma dos parâmetros informados.



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



ANEXO IX DO TR - MODELO DA PROPOSTA

DISPENSA ELETRÔNICA Nº ____/____

(em papel timbrado da licitante)

- 1) **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para execução de serviço necessário à reparação de cabine de proteção primária do campus Joaquim Amazonas da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no Aviso de Contratação e seus anexos:

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Mão de obra (R\$)	Materiais (R\$)	BDI* (R\$)	Valor Unitário o R\$	Valor Total R\$
			A	B	C	D=(B+C)* %BDI	E=(B+C+D)	F=A*E
1	Reparação de cubículo de proteção primária, com fornecimento de material, exceto o disjuntor de média tensão, o relé microprocessado e o nobreak para o quadro de proteção	Unidade	1					

- 2) **PREÇO GLOBAL DA PROPOSTA** (Soma dos preços totais dos itens, em algarismo e por extenso): R\$ (.....).

- 3) **VALIDADE DA PROPOSTA:** 90 (noventa) dias corridos a partir da abertura da Dispensa de Licitação.

- 4) **DECLARAMOS**, para os devidos fins, QUE CONSIDERAMOS, NA FORMULAÇÃO DOS CUSTOS DA PROPOSTA DE PREÇOS: a inclusão de todas as despesas incidentes, inclusive aquelas relativas a tributos (impostos, taxas e contribuições), EPI's e EPC's regulamentares, uniforme e complementos, ferramentas, materiais de consumo, e equipamentos; de estar ciente de que não será considerada qualquer reivindicação posterior devido a erro nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preço ou reembolso por recolhimentos determinados pela autoridade competente;

- 5) **REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ O CONTRATO DECORRENTE DESTA DISPENSA DE LICITAÇÃO:**

NOME:

NACIONALIDADE:

ESTADO CIVIL:

FUNÇÃO:

ENDEREÇO RESIDENCIAL:

CPF (com cópia):

R.G. e ÓRGÃO EXPEDIDOR (com cópia):

- 6) **DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:**

BANCO Nº:



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



NOME DO BANCO:
AGÊNCIA Nº:
NOME DA AGÊNCIA:
CONTA CORRENTE Nº:
PRAÇA DE PAGAMENTO:

7) DADOS DA EMPRESA:

RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:
ENDEREÇO:
E-MAIL:
TELEFONE:

(Local), ... de de 20.. .

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, CPF e assinatura)

ANEXO X-a - Planilha de Encargos sociais máximo aplicado NÃO DESONERADA



Universidade Federal de Pernambuco
Superintendência de Projetos e Obras
Diretoria de Planos e Projetos

OBRA:

LOCAL:

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA NÃO DESONERADA

ENCARGOS		HORISTA	MENSALISTA
A.	TOTAL ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS	36,80%	36,80%
A.1	INSS	20,00%	20,00%
A.2	SESI	1,50%	1,50%
A.3	SENAI	1,00%	1,00%
A.4	INCRA	0,20%	0,20%
A.5	SEBRAE	0,60%	0,60%
A.6	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	2,50%
A.7	SEGURO CONTRA ACIDENTES DE TRABALHO	3,00%	3,00%
A.8	FGTS	8,00%	8,00%
A.9	SECONCI	0,00%	0,00%
B.	TOTAL DE ENCARGOS QUE RECEBEM INCIDÊNCIA DO GRUPO A	48,03%	17,92%
B.1	REPOUSO SEMANAL REMUNERADO	18,01%	Não incide
B.2	FERIADOS	4,32%	Não incide
B.3	AUXÍLIO - ENFERMIDADE	0,85%	0,64%
B.4	13º SALÁRIO	11,03%	8,33%
B.5	LICENÇA PATERNIDADE	0,06%	0,04%
B.6	FALTAS JUSTIFICADAS	0,74%	0,56%
B.7	DIAS DE CHUVAS	1,98%	Não incide
B.8	AUXÍLIO ACIDENTE DE TRABALHO	0,10%	0,08%
B.9	FÉRIAS GOZADAS	10,90%	8,24%
B.10	SALÁRIO MATERNIDADE	0,04%	0,03%
C.	TOTAL DE ENCARGOS QUE NÃO RECEBEM INCIDÊNCIA DO GRUPO A	11,05%	8,37%
C.1	AVISO PRÉVIO INDENIZADO	4,80%	3,63%
C.2	AVISO PRÉVIO TRABALHADO	0,11%	0,09%
C.3	FÉRIAS INDENIZADAS	2,91%	2,20%
C.4	DEPÓSITO RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA	2,83%	2,14%
C.5	INDENIZAÇÃO ADICIONAL	0,40%	0,31%
D.	TOTAL DE REINCIDÊNCIAS DE UM GRUPO SOBRE O OUTRO	18,10%	6,91%
D.1	REINCIDÊNCIA DO GRUPO A SOBRE GRUPO B	17,68%	6,59%
D.2	REINCIDÊNCIA DO GRUPO A SOBRE AVISO PRÉVIO TRABALHADO E REINCIDÊNCIA DO FGTS SOBRE AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,42%	0,32%
TOTAL (A+B+C+D)		113,98%	70,00%

ANEXO X-b - Planilha de Encargos sociais máximo aplicado DESONERADA



Universidade Federal de Pernambuco
Superintendência de Projetos e Obras
Diretoria de Planos e Projetos


OBRA:

LOCAL:

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA DESONERADA


ENCARGOS		HORISTA	MENSALISTA
A.	TOTAL ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS	16,80%	16,80%
A.1	INSS	0,00%	0,00%
A.2	SESI	1,50%	1,50%
A.3	SENAI	1,00%	1,00%
A.4	INCRA	0,20%	0,20%
A.5	SEBRAE	0,60%	0,60%
A.6	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	2,50%
A.7	SEGURO CONTRA ACIDENTES DE TRABALHO	3,00%	3,00%
A.8	FGTS	8,00%	8,00%
A.9	SECONCI	0,00%	0,00%
B.	TOTAL DE ENCARGOS QUE RECEBEM INCIDÊNCIA DO GRUPO A	48,03%	17,92%
B.1	REPOUSO SEMANAL REMUNERADO	18,01%	Não incide
B.2	FERIADOS	4,32%	Não incide
B.3	AUXÍLIO - ENFERMIDADE	0,85%	0,64%
B.4	13º SALÁRIO	11,03%	8,33%
B.5	LICENÇA PATERNIDADE	0,06%	0,04%
B.6	FALTAS JUSTIFICADAS	0,74%	0,56%
B.7	DIAS DE CHUVAS	1,98%	Não incide
B.8	AUXÍLIO ACIDENTE DE TRABALHO	0,10%	0,08%
B.9	FÉRIAS GOZADAS	10,90%	8,24%
B.10	SALÁRIO MATERNIDADE	0,04%	0,03%
C.	TOTAL DE ENCARGOS QUE NÃO RECEBEM INCIDÊNCIA DO GRUPO A	11,05%	8,37%
C.1	AVISO PRÉVIO INDENIZADO	4,80%	3,63%
C.2	AVISO PRÉVIO TRABALHADO	0,11%	0,09%
C.3	FÉRIAS INDENIZADAS	2,91%	2,20%
C.4	DEPÓSITO RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA	2,83%	2,14%
C.5	INDENIZAÇÃO ADICIONAL	0,40%	0,31%
D.	TOTAL DE REINCIDÊNCIAS DE UM GRUPO SOBRE O OUTRO	8,47%	3,32%
D.1	REINCIDÊNCIA DO GRUPO A SOBRE GRUPO B	8,07%	3,01%
D.2	REINCIDÊNCIA DO GRUPO A SOBRE AVISO PRÉVIO TRABALHADO E REINCIDÊNCIA DO FGTS SOBRE AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,40%	0,31%
TOTAL (A+B+C+D)		84,35%	46,41%

ANEXO XI-a do TR - Planilha de Composição Analítica da Taxa de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) -
NÃO DESONERADO

	Universidade Federal de Pernambuco Superintendência de Infraestrutura Diretoria de Manutenção	
SERVIÇO:	Requalificação da cabine de medição e proteção primária 2	
LOCAL:	Campus Recife - UFPE.	
AUTORIA:		
COMPOSIÇÃO DO BDI - NÃO DESONERADO		
Item	Discriminação	Valor (%)
AC	Administração Central	
R	Risco	
SG	Seguros e Garantias	
DF	Despesas Financeiras	
L	Lucro Bruto	
I	Impostos Fórmula: I = PIS + COFINS + ISS	
	PIS	
	COFINS	
	ISS	
	CPRB - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE RECEITA BRUTA	-
BDI*	Benefícios e Despesas Indiretas Fórmula: BDI = $((1 + (AC/100 + SG/100 + R/100)) * (1 + DF/100) * (1 + L/100)) / (1 - I/100) - 1$	

*O BDI é calculado através da fórmula indicada; não equivale a uma simples soma dos parâmetros informados.

ANEXO XI-b do TR - Planilha de Composição Analítica da Taxa de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) -
DESONERADO

	Universidade Federal de Pernambuco Superintendência de Infraestrutura Diretoria de Manutenção	
SERVIÇO:	Requalificação da cabine de medição e proteção primária 2	
LOCAL:	Campus Recife - UFPE.	
AUTORIA:		
COMPOSIÇÃO DO BDI - DESONERADO		
Item	Discriminação	Valor (%)
AC	Administração Central	
R	Risco	
SG	Seguros e Garantias	
DF	Despesas Financeiras	
L	Lucro Bruto	
I	Impostos Fórmula: $I = PIS + COFINS + ISS + CPRB$	
	PIS	
	COFINS	
	ISS	
	CPRB - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE RECEITA BRUTA	
BDI*	Benefícios e Despesas Indiretas Fórmula: $BDI = ((1+(AC/100+SG/100+R/100))*(1+DF/100)*(1+L/100))/(1-I/100)-1$	

*O BDI é calculado através da fórmula indicada; não equivale a uma simples soma dos parâmetros informados.

ANEXO XII-a do TR - Planilha de Composição Analítica das Taxas e Encargos Sociais Aplicados - NÃO DESONERADA



**Universidade Federal de Pernambuco
Superintendência de Projetos e Obras
Diretoria de Planos e Projetos**

OBRA:

LOCAL:

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA NÃO DESONERADA

ENCARGOS		HORISTA	MENSALISTA
A.	TOTAL ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS	0,00%	0,00%
A.1	INSS		
A.2	SESI		
A.3	SENAI		
A.4	INCRA		
A.5	SEBRAE		
A.6	SALÁRIO EDUCAÇÃO		
A.7	SEGURO CONTRA ACIDENTES DE TRABALHO		
A.8	FGTS		
A.9	SECONCI		
B.	TOTAL DE ENCARGOS QUE RECEBEM INCIDÊNCIA DO GRUPO A	0,00%	0,00%
B.1	REPOUSO SEMANAL REMUNERADO		
B.2	FERIADOS		
B.3	AUXÍLIO - ENFERMIDADE		
B.4	13º SALÁRIO		
B.5	LICENÇA PATERNIDADE		
B.6	FALTAS JUSTIFICADAS		
B.7	DIAS DE CHUVAS		
B.8	AUXÍLIO ACIDENTE DE TRABALHO		
B.9	FÉRIAS GOZADAS		
B.10	SALÁRIO MATERNIDADE		
C.	TOTAL DE ENCARGOS QUE NÃO RECEBEM INCIDÊNCIA DO GRUPO A	0,00%	0,00%
C.1	AVISO PRÉVIO INDENIZADO		
C.2	AVISO PRÉVIO TRABALHADO		
C.3	FÉRIAS INDENIZADAS		
C.4	DEPÓSITO RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA		
C.5	INDENIZAÇÃO ADICIONAL		
D.	TOTAL DE REINCIDÊNCIAS DE UM GRUPO SOBRE O OUTRO	0,00%	0,00%
D.1	REINCIDÊNCIA DO GRUPO A SOBRE GRUPO B		
D.2	REINCIDÊNCIA DO GRUPO A SOBRE AVISO PRÉVIO TRABALHADO E REINCIDÊNCIA DO FGTS SOBRE AVISO PRÉVIO INDENIZADO		
TOTAL (A+B+C+D)		0,00%	0,00%

ANEXO XII-b do TR - Planilha de Composição Analítica das Taxas e Encargos Sociais Aplicados -
DESONERADA



Universidade Federal de Pernambuco
Superintendência de Projetos e Obras
Diretoria de Planos e Projetos

OBRA:

LOCAL:

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA DESONERADA

ENCARGOS		HORISTA	MENSALISTA
A.	TOTAL ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS	0,00%	0,00%
A.1	INSS		
A.2	SESI		
A.3	SENAI		
A.4	INCRA		
A.5	SEBRAE		
A.6	SALÁRIO EDUCAÇÃO		
A.7	SEGURO CONTRA ACIDENTES DE TRABALHO		
A.8	FGTS		
A.9	SECONCI		
B.	TOTAL DE ENCARGOS QUE RECEBEM INCIDÊNCIA DO GRUPO A	0,00%	0,00%
B.1	REPOUSO SEMANAL REMUNERADO		
B.2	FERIADOS		
B.3	AUXÍLIO - ENFERMIDADE		
B.4	13º SALÁRIO		
B.5	LICENÇA PATERNIDADE		
B.6	FALTAS JUSTIFICADAS		
B.7	DIAS DE CHUVAS		
B.8	AUXÍLIO ACIDENTE DE TRABALHO		
B.9	FÉRIAS GOZADAS		
B.10	SALÁRIO MATERNIDADE		
C.	TOTAL DE ENCARGOS QUE NÃO RECEBEM INCIDÊNCIA DO GRUPO A	0,00%	0,00%
C.1	AVISO PRÉVIO INDENIZADO		
C.2	AVISO PRÉVIO TRABALHADO		
C.3	FÉRIAS INDENIZADAS		
C.4	DEPÓSITO RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA		
C.5	INDENIZAÇÃO ADICIONAL		
D.	TOTAL DE REINCIDÊNCIAS DE UM GRUPO SOBRE O OUTRO	0,00%	0,00%
D.1	REINCIDÊNCIA DO GRUPO A SOBRE GRUPO B		
D.2	REINCIDÊNCIA DO GRUPO A SOBRE AVISO PRÉVIO TRABALHADO E REINCIDÊNCIA DO FGTS SOBRE AVISO PRÉVIO INDENIZADO		
TOTAL (A+B+C+D)		0,00%	0,00%



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

ANEXO XIII DO TR
LAUDO SESST



LAUDO TÉCNICO PARA LICITAÇÃO Nº 001/2025
Processo 23076.004457/2025-90

EMPRESA

RAZÃO SOCIAL: Universidade Federal de Pernambuco
ENDEREÇO: Avenida Prof. Moraes Rego, nº 1235 – Cidade Universitária – Recife/PE
CNPJ: 24.134.488/0001-08
LOCAL DA ATIVIDADE: Universidade Federal de Pernambuco – Campi Recife, Vitória, Caruaru

I. INTRODUÇÃO

Por solicitação da Gerência de Alta Tensão e Iluminação Pública – GATIP, através do despacho nº 13655/2025 – CAF SINFRA, processo nº 23076.004457/2025-90 para contratação **emergencial** de serviço comum de engenharia de execução de serviço necessário à reparação de cabine de proteção primária do campus Joaquim Amazonas da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, foi elaborado o presente Laudo Técnico das atividades a serem desenvolvidas pelos profissionais da empresa contratada, em atendimento e conformidade com as normas de higiene, caracterização de riscos e identificação das atividades insalubres e/ou periculosidade nos termos do Capítulo V da CLT (Lei nº. 6.514/1977), Portaria Ministerial nº 3.214/1978, Lei 8.666/1993, Decreto Federal 2.271/1997, Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017 e suas alterações.

II. PROFISSIONAIS A SER CONTRATADOS

Não declarados no Termo de Referência. Através do despacho nº 17449/2025 – GATIP (doc. 29), o serviço será efetuado por dois eletricitistas e dois ajudantes.

III. JORNADA DE TRABALHO

Conforme Termo de Referência – TR (doc. 21) item 5.2, os serviços serão prestados no horário das 07h00 às 17h00.

IV. RELAÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS

Através do despacho nº 17449/2025 – GATIP (doc. 29), constituirá da montagem dos equipamentos necessários para a cabine primária nº 2.

A relação das tarefas a serem executadas está no item 5.1 – Tarefas a serem executadas, do anexo I – Projeto Básico/Executivo, do Termo de Referência.

V. ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE

De acordo com o artigo 192 da CLT, os trabalhadores enquadrados nas atividades insalubres fazem jus à percepção dos respectivos adicionais de insalubridade, desde que, no exercício de trabalho, se encontrem em condições de insalubridade.

Tomando como referência a NR-15 do MTE, são consideradas atividades ou operações insalubres as que se desenvolvem:

- Acima dos limites de tolerância previstos nos Anexos 1, 2, 3, 5, 11 e 12. Entende-se por "Limite de Tolerância", a concentração ou intensidade máxima ou mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição ao agente, que não causará danos à saúde do trabalhador, durante a sua vida laboral;
- Nas atividades mencionadas nos Anexos 6, 13 e 14;

- Comprovadas através de laudo de inspeção do local de trabalho, constantes nos Anexos 7, 8, 9 e 10.

O exercício do trabalho em condições de insalubridade assegura ao trabalhador a percepção de adicional, incidente sobre o salário-mínimo da região, equivalente a:

GRAU MÍNIMO: 10% (vinte por cento do salário-mínimo regional)

GRAU MÉDIO: 20% (vinte por cento do salário-mínimo regional)

GRAU MÁXIMO: 40% (vinte por cento do salário-mínimo regional)

Ainda conforme a NR, a eliminação ou neutralização da insalubridade determinará a cessação do pagamento do adicional respectivo.

VI. ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS

Conforme a NR-16, o exercício de trabalho em condições de periculosidade assegura ao trabalhador a percepção de adicional de 30% (trinta por cento), incidente sobre o salário, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participação nos lucros da empresa. Importante ressaltar que, segundo a referida NR, o empregado poderá optar pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido.

NÃO SERÁ PERMITIDO o desenvolvimento de atividades constantes na Norma Regulamentar 16 e seus respectivos Anexos 1 e 2 para os serviços contratados, **com exceção dos profissionais de eletricidade.**

Conforme item 5.2 do Anexo I do TR, todos os serviços serão executados com as instalações desenergizadas. A reconexão da cabine de medição à rede de distribuição será realizada pela Neoenergia Pernambuco.

VII. ANÁLISE PRELIMINAR DE RISCOS – APR

CARGO: 1.1 Eletricista		Nº Expostos: 02
As tarefas a serem executadas encontram-se listadas no item 5.2 do Anexo I do TR.		
IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS	MEDIDAS DE CONTROLE	
Riscos de acidentes: Eletricidade	<u>Qualificação:</u> Curso específico na área de elétrica reconhecido pelo sistema oficial de ensino. <u>Capacitação:</u> Curso básico segurança em instalações e serviços com eletricidade (40h), com reciclagem bial. <u>Autorização:</u> Incluindo identificação visível, com anuência formal da empresa. <u>É vedado o uso de adornos pessoais (aliança, relógio, chaves etc.).</u> <u>Ferramentas, equipamentos, dispositivos e ferramentas elétricas:</u> compatíveis com a instalação elétrica existente, preservando-se as características de proteção, respeitadas as recomendações do fabricante e as influências externas; Isolamento elétrico adequados às tensões envolvidas, inspecionados e testados de acordo com as regulamentações existentes ou recomendações dos fabricantes. <u>EPIs:</u> Ver item VIII – C	
Riscos físicos: Ruído	Proteção auditiva NNRsf > 15 dB	
Risco químico: Poeiras Fundo preparador anticorrosivos, esmalte sintético fosco Pintura eletrostática epóxi a pó	Respirador PFF1 contra poeiras Respirador semifacial com filtro adequado ao uso do esmalte sintético conforme recomendação dos fabricantes, luvas nitrílicas Óculos de segurança	

CARGO: 1.2 Ajudante		Nº Expostos: 02
As tarefas a serem executadas encontram-se listadas no item 5.2 do Anexo I do TR.		
IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS	MEDIDAS DE CONTROLE	
Riscos de acidentes: Eletricidade	<u>Qualificação:</u> Curso específico na área de elétrica reconhecido pelo sistema oficial de ensino. <u>Capacitação:</u> Curso básico segurança em instalações e serviços com eletricidade (40h), com reciclagem bial. <u>Autorização:</u> Incluindo identificação visível, com anuência formal da empresa. <u>É vedado o uso de adornos pessoais (aliança, relógio, chaves etc.).</u> <u>Ferramentas, equipamentos, dispositivos e ferramentas elétricas:</u> compatíveis com a instalação elétrica existente, preservando-se as características de proteção, respeitadas as recomendações do fabricante e as influências externas; Isolamento elétrico adequados às tensões envolvidas, inspecionados e testados de acordo com as regulamentações existentes ou recomendações dos fabricantes. <u>EPIs:</u> Ver item VIII – C	
Riscos físicos: Ruído	Proteção auditiva NNRsf > 15 dB	
Risco químico: Poeiras Fundo preparador anticorrosivos, esmalte sintético fosco Pintura eletrostática epóxi a pó	Respirador PFF1 contra poeiras Respirador semifacial com filtro adequado ao uso do esmalte sintético conforme recomendação dos fabricantes, luvas nitrílicas Óculos de segurança	

VIII. MEDIDAS DE CONTROLE

a) MEDIDAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Na hierarquia de controle de riscos, as medidas de organização do trabalho devem ser prioritariamente avaliadas para eliminação/redução/minimização dos riscos, podendo ser, por exemplo: pausas e revezamentos, redução do tempo de exposição, substituição de produtos nocivos, treinamentos/capacitações, realocação de postos de trabalho e/ou fontes geradoras de riscos, entre outros.

Com base na APR, para os profissionais de ELÉTRICA

- QUALIFICAÇÃO: Curso específico na área de elétrica reconhecido pelo sistema oficial de ensino (Eletricista e Ajudante de elétrica);
- CAPACITAÇÃO: Curso básico segurança em instalações e serviços com eletricidade (40h), com reciclagem bial;
- AUTORIZAÇÃO: Incluindo identificação visível, com anuência formal da empresa;
- PROIBIÇÃO DO USO DE ADORNOS PESSOAIS (aliança, relógio, etc) e quaisquer outros objetos metálicos: chaves, chaveiros, etc;
- FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS, DISPOSITIVOS E FERRAMENTAS ELÉTRICAS: Compatíveis com a instalação elétrica existente, preservando-se as características de proteção, respeitadas as recomendações do fabricante e as influências externas.

b) MEDIDAS DE PROTEÇÃO COLETIVA

Esgotando-se as possibilidades de implantação de medidas de organização do trabalho, medidas de proteção coletiva **devem ser avaliadas e discutidas junto ao Gestor do contrato**, no sentido de prover melhorias nas instalações, sob o ponto de vista da saúde e segurança ocupacional. Dentre as medidas de proteção coletivas, pode-se destacar:

Isolamento das áreas de risco onde se realizam as atividades; sinalização de segurança relativa as atividades.

c) EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPIs

Quando as medidas de organização do trabalho forem inviáveis ou estejam em implantação, devem ser especificados EPIs - Equipamentos de Proteção Individual

Conforme item 5.3 do Anexo I do Termo de referência, os uniformes e EPIs são de responsabilidade da contratada. É imprescindível que seja explicitado no Termo de Referência que a responsabilidade sobre os EPIs sejam da contratada e, conforme a NR-6 – Equipamento de Proteção Individual do MTE, esta é obrigada a fornecer os EPIs, **com Certificado de Aprovação (C.A)** válido, adequados aos riscos gratuitamente aos seus trabalhadores, exigindo e fiscalizando a sua utilização, orientando e treinando sobre o seu uso adequado, guarda e conservação; substituindo imediatamente, quando danificado ou extraviado e **registrando o seu fornecimento ao trabalhador**, podendo ser adotados livros, fichas ou sistema eletrônico.

A relação de EPIs a ser adquiridos, conforme levantamento de riscos ambientais, deverá contemplar, no mínimo:

Quadro – EPIs e uniformes obrigatórios para uso durante as atividades

EPI	ATIVIDADE
LUVAS NITRÍLICAS com palma antiderrapante, punho curto e espessura superior a 0,30mm	Fundo preparador anticorrosivos, esmalte sintético fosco.
LUVA DE ALGODÃO pigmentada	Contra agentes mecânicos e abrasivos
ÓCULOS SEGURANÇA com lentes incolores sem partes metálicas	Projeção de materiais
BOTINA DE SEGURANÇA DE COURO PARA ELETRICISTA SEM PARTES METÁLICAS com biqueira em polipropileno, solado antiderrapante	Todas as atividades
CAPACETE DE SEGURANÇA com jugular	Fundo preparador anticorrosivos, esmalte sintético
PROTETOR AUDITIVO tipo inserção com NRRsf maior que 15 dB (sem partes metálicas)	Uso de ferramentas
RESPIRADOR SEMIFACIAL PFF1	Atividades com geração de poeiras
RESPIRADOR SEMIFACIAL com filtro adequado ao uso do esmalte sintético conforme recomendação dos fabricantes	Aplicação de fundo preparador anticorrosivo Pintura com esmalte sintético e eletrostática epóxi a pó

AVALIAÇÃO PARA CARACTERIZAÇÃO DE INSALUBRIDADE

Para caracterização do adicional de insalubridade, foram analisadas as atividades constantes no Termo de referência, avaliada a fundamentação legal para concessão do referido, comparando as atividades e caracterização do contato – permanente *versus* eventual, com os critérios estabelecidos na NR-15, do MTE.

- RISCOS FÍSICOS

PROFISSIONAL	AGENTES DE RISCO/ ATIVIDADES	FONTES GERADORAS	LIMITE DE TOLERÂNCIA Anexo I - NR-15	MEDIDA DE CONTROLE	GRAU DE INSALUBRIDADE
Todos	Todas realizadas nas proximidades das fontes geradoras de ruído (não permanente)	Utilização de equipamentos de eletromecânicos	Exposição ao ruído com dose de 1 (um) ou 100%. Anexo 1 da NR-15, MTE	Tornar obrigatório uso de protetor auditivo com NRRsf > 15dB junto aos equipamentos geradores de ruído	NÃO FAZ JUS

- RISCOS QUÍMICOS

PROFISSIONAL	AGENTES DE RISCO/ ATIVIDADES	FONTE GERADORAS	LIMITE DE TOLERÂNCIA NR-15 Anexo 13	MEDIDA DE CONTROLE	GRAU DE INSALUBRIDADE
Ajudante	Aplicação de fundo preparador anticorrosivo	Pintura a pistola com pigmentos de compostos previstos no Anexo 13 da NR- 15	Qualitativo	Utilizar luvas, óculos de segurança e máscara semifacial conforme recomendação do fabricante	NÃO FAZ JUS
Eletricista	Pintura com esmalte sintético Pintura eletrostática epóxi a pó				

X. AVALIAÇÃO PARA CARACTERIZAÇÃO PARA PERICULOSIDADE

Segundo o despacho nº 17449/2025 – GATIP, todos os serviços serão executados com as instalações desenergizadas.

Conforme explicou a GATIP, não há conexão física/elétrica da rede energizada às instalações da cabine de medição e seus componentes/equipamentos.

Conforme o item 2 do Anexo 4 – Atividades e operações perigosas com energia elétrica da NR-16, “não é devido o pagamento do adicional nas seguintes situações: a) nas atividades ou operações no sistema elétrico de consumo em instalações ou equipamentos elétricos desenergizados e liberados para o trabalho, sem possibilidade de energização acidental, conforme estabelece a NR-10 [...]”.

Não haverá, portanto, a realização de atividades/áreas de riscos que ensejem o recebimento do adicional de periculosidade.

XI. RECOMENDAÇÕES/OBSERVAÇÕES

- **Fiscalizar** o fornecimento e utilização dos EPIs, observando as especificações dos fabricantes dos produtos químicos;
- A empresa fica obrigada a organizar e manter em funcionamento uma **CIPA** – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, conforme requisitos da NR-05;
- A empresa contratada deverá capacitar, inicialmente e de forma continuada: Manipulação de produtos químicos, Levantamento e transporte manual de peso, utilização, guarda e conservação de EPIs, além das capacitações dos profissionais de elétrica citadas anteriormente. Tais treinamentos devem ser **registrados com lista de presença** e armazenados por 5 anos após o desligamento do empregado;
- Para os PROFISSIONAIS DE ELÉTRICA:
 - Vestimentas dos eletricitas: Os profissionais deverão utilizar a camisa ensacada, não deve possuir rasgos ou efetuados reparos com linha comum. Devem ser fornecidas instruções sobre a lavagem por parte dos fabricantes, observando o limite de lavagens, garantindo sua substituição imediata;
 - Garantir a qualificação; capacitação e autorização que incluindo identificação visível, com anuência formal da UFPE;
 - Prover equipamentos, dispositivos e ferramentas elétricos: Compatíveis com a instalação elétrica existente, preservando-se as características de proteção, respeitadas as recomendações do fabricante e as influências externas;
 - Proibir o uso de adornos pessoais (aliança, relógio etc.);
 - Verificar com rigor os requisitos de segurança previstos na **NR-10 – Trabalhos com eletricidade**;
 - Disponibilizar os produtos com rótulos legíveis e as FISPQs (Fichas de Informação dos Produtos Químicos);
 - A empresa contemplada deverá atender à exigência legal da NR-01 e NR-09, apresentando ao SESST/UFPE o documento que estabelece os requisitos para a avaliação das exposições ocupacionais identificados no Programa de Riscos - PGR, com as medidas de prevenção para os riscos ocupacionais, conforme Lei No. 6514/77 e Portaria 3214/78, apresentando as medidas de controle de riscos propostas e além da estrutura mínima prevista na NR, deverá conter:
 - Inventário de todos os produtos químicos, com indicação daqueles que impliquem em riscos à segurança e saúde do trabalhador;

→ Cópias das as FISPQs – Fichas de Informação de Segurança dos Produtos Químicos, prevendo riscos à segurança e saúde do trabalhador e ao meio ambiente, considerando as formas de utilização, recomendações prevendo as formas de utilização do produto; medidas de proteção coletiva, individual e controle médico da saúde dos trabalhadores; condições e local de estocagem e procedimentos em situações de emergência em caso de acidente ou vazamento do produto;

→ Manter as referidas FISPQs **atualizadas, disponíveis e acessíveis**;

- Deve ser mantida a **rotulagem** do fabricante na embalagem original dos produtos químicos utilizados;
- Todo recipiente contendo produto químico manipulado ou fracionado deve ser identificado, de forma legível, por etiqueta com o nome do produto, composição química, sua concentração, data de envase e de validade, e nome do responsável pela manipulação ou fracionamento;
- É **vedado** o procedimento de **reutilização das embalagens** de produtos químicos;
- As áreas de armazenamento de produtos químicos devem ser **ventiladas e sinalizadas e distante de fontes de geração de calor/faíscas**;
- O acondicionamento dos produtos deve observar as **condições ambientais de armazenamento**;
- Em caso de acidentes ou doenças ocupacionais devem ser emitidas CAT – Comunicação de Acidente do Trabalho e 01 (uma) cópia deverá ser entregue ao Gestor do contrato, no prazo de até 24h após o acidente, que fará um encaminhamento ao SESST/UFPE;

XII. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- a) Portaria 3214, de 03/06/78 do Ministério do Trabalho e suas Normas Regulamentadoras
- b) Lei nº 6514, de 22/12/77
- c) Lei nº 8112 de 11/11/90, Regime Jurídico Único.
- d) Portaria No. 518 de 04/04/03, Ministério do Trabalho
- e) Decreto-lei No. 5.452 de 1º./05/1943 (aprova a CLT)
- f) Lei 12.740 de 08/12/12

XIII. CONCLUSÃO

As atividades desempenhadas pelos profissionais: **NÃO** caracterizam situação para pagamento de adicional de **INSALUBRIDADE** ou **PERICULOSIDADE**, portanto, não fazem jus aos adicionais, devido ao fato de que, em suas atribuições previstas no Termo de Referência, não possuem contato com agentes de risco ocupacionais que ensejem o recebimento do adicional ocupacional.

Ressaltamos que este laudo **NÃO** substitui o Laudo técnico de insalubridade e periculosidade que deve ser emitido pela **empresa contratada**, portanto, empregadora, segundo estabelece a NR- 15 (15.4.1.1), bem como a NR-16 (16.3), visto que o propósito deste laudo se limita a avaliar de forma **preliminar** a concessão de adicionais ocupacionais para composição da Planilha de custo e formação de preços.

Além disso, do posto de vista do gerenciamento de riscos ocupacionais, neste laudo são prescritas preliminarmente as medidas de controle – organização do trabalho, equipamentos de proteção coletiva e individual – entretanto, podem sofrer alterações na ocasião do exercício efetivo das atividades da empresa contratada.

É de responsabilidade do **GESTOR DO CONTRATO** monitorar o cumprimento das recomendações propostas, no sentido de **GARANTIR** que as mesmas sejam efetuadas durante toda a vigência do contrato.

As atividades dos contratados poderão ser acompanhadas pelo **SESST**, com foco no cumprimento das recomendações propostas neste laudo, com o objetivo de verificar o cumprimento dos aspectos legais, visando a construção e o cultivo uma contínua preocupação com o adequado gerenciamento da saúde e da segurança na UFPE, de forma a tornar o desempenho das atividades mais seguro, em um ambiente satisfatório.

Recife, 28 de fevereiro de 2025

Sandra Torres Zarzar
Engenheira de Segurança do Trabalho
CREA PE16020

Flávia Ataíde da Motta
Engenheira de Segurança do Trabalho
CREA 36333 – D/PE



Emitido em 28/02/2025

LAUDO TECNICO Nº 1/2025 - SESST PROGEPE (11.07.49)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 28/02/2025 10:48)

FLAVIA ATAIDE DA MOTTA

ENGENHEIRO DE SEG DO TRABALHO

SESST PROGEPE (11.07.49)

Matrícula: ###419#1

(Assinado digitalmente em 28/02/2025 10:42)

SANDRA TORRES ZARZAR

ENGENHEIRO DE SEG DO TRABALHO

SESST PROGEPE (11.07.49)

Matrícula: ###584#7

Visualize o documento original em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **1**, ano: **2025**, tipo:
LAUDO TECNICO, data de emissão: **28/02/2025** e o código de verificação: **883c718478**



Emitido em 20/03/2025

AVISO DE DISPENSA ELETRONICA Nº 3/2025 - CAF SINFRA (11.97.06)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 20/03/2025 09:17)

DIOGO JOSE VIDAL DE LIMA

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

CAF SINFRA (11.97.06)

Matrícula: ###676#0

(Assinado digitalmente em 20/03/2025 11:24)

EMMANUEL AIRES URQUIZA DE CARVALHO

ENGENHEIRO-AREA

GATIP (11.97.14)

Matrícula: ###141#5

(Assinado digitalmente em 20/03/2025 11:39)

LIELIO BEZERRA BRANDAO

SUPERINTENDENTE

SINFRA (11.01.37)

Matrícula: ###103#8

(Assinado digitalmente em 20/03/2025 09:38)

PAULO ALISON SOUSA PESSOA

DIRETOR

DM-SINFRA (11.97.12)

Matrícula: ###245#5

Visualize o documento original em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **3**, ano: **2025**, tipo:
AVISO DE DISPENSA ELETRONICA, data de emissão: **20/03/2025** e o código de verificação: **cc358beed0**



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



ANEXO IX DO TR - PROPOSTA
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90001/2025

- 1) **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para execução de serviço necessário à reparação de cabine de proteção primária do campus Joaquim Amazonas da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no Aviso de Contratação e seus anexos:

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Mão de obra (R\$)	Materiais (R\$)	BDI* (R\$)	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
			A	B	C	$D=(B+C)*\%BDI$	$E=(B+C+D)$	$F=A*E$
1	Reparação de cubículo de proteção primária, com fornecimento de material, exceto o disjuntor de média tensão, o relé microprocessado e o nobreak para o quadro de proteção	Unidade	1	R\$ 129.753,55	R\$ 86.502,37	R\$ 48.744,08	R\$ 265.000,00	R\$ 265.000,00

2) **PREÇO GLOBAL DA PROPOSTA** (Soma dos preços totais dos itens, em algarismo e por extenso):
R\$ 265.000,00 (Duzentos e Sessenta e Cinco Mil Reias).

3) **VALIDADE DA PROPOSTA:** 90 (noventa) dias corridos a partir da abertura da Dispensa de Licitação.

4) **DECLARAMOS**, para os devidos fins, QUE CONSIDERAMOS, NA FORMULAÇÃO DOS CUSTOS DA PROPOSTA DE PREÇOS: a inclusão de todas as despesas incidentes, inclusive aquelas relativas a tributos (impostos, taxas e contribuições), EPI's e EPC's regulamentares, uniforme e complementos, ferramentas, materiais de consumo, e equipamentos; de estar ciente de que não será considerada qualquer reivindicação posterior devido a erro nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preço ou reembolso por recolhimentos determinados pela autoridade competente;

5) **REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ O CONTRATO DECORRENTE DESTA DISPENSA DE LICITAÇÃO:**

NOME: David Antônio Alves da Silva

NACIONALIDADE: [REDACTED]

ESTADO CIVIL: [REDACTED]

FUNÇÃO: [REDACTED]

ENDEREÇO RESIDENCIAL: [REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



6) DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:

NOME DO BANCO: 033 – Santander

AGÊNCIA Nº: 3686

NOME DA AGÊNCIA: Boa Viagem – Recife PE

CONTA CORRENTE Nº: 13.010570-4

PRAÇA DE PAGAMENTO: Boa Viagem – Recife PE

7) DADOS DA EMPRESA:

RAZÃO SOCIAL: TRIFASE ENGENHARIA E PROJETOS LTDA

CNPJ: 34.774.264/0001-14

ENDEREÇO: Rua Barão de Souza Leão, 425, sala 906, Edf Pontes Corporate Center, Boa Viagem, Recife -PE, Cep: 51.030-300

E-MAIL: solucoes@trifaseenergia.com.br

TELEFONE: 81 3048 6707

Recife, 17 de abril de 2025

DAVID ANTONIO
ALVES DA
SILVA: [REDACTED]

Assinado de forma digital
por DAVID ANTONIO ALVES
DA SILVA: [REDACTED]
Dados: 2025.04.17 13:11:01
-03'00'

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

David Antônio Alves da Silva CPF: [REDACTED]



Emitido em 13/06/2025

CONTRATO Nº 835/2025 - GR (11.01)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 13/06/2025 12:36)

THAIS BUARQUE VIEIRA DE MELLO

CHEFE

DAACC-CA (11.01.84)

Matrícula: ###746#1

Visualize o documento original em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **835**, ano: **2025**, tipo:
CONTRATO, data de emissão: **13/06/2025** e o código de verificação: **1718ac501e**